

RELATÓRIO E CONTAS 2024

ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
VALORES CARACTERÍSTICOS.....	7
MISSÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	8
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL.....	10
FACTOS RELEVANTES.....	13
DESEMPENHO	15
Exploração de Centrais Geotérmicas	18
Exploração de Recursos Geotérmicos	21
Exploração de Parques Eólicos	24
Exploração de Centrais Hidroelétricas.....	27
Exploração de Parques Fotovoltaicos.....	29
INVESTIMENTO	30
DOMÍNIO SOCIAL	42
DOMÍNIO AMBIENTAL.....	46
EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	49
PERSPETIVAS	59
INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E ÓRGÃOS SOCIAIS.....	61
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	70
BALANÇO.....	73
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	74
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	75
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	76
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	77
ANEXOS.....	126

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A EDA Renováveis apresentou, em 2024, um resultado positivo de 10,8 milhões de euros, verificando-se um decréscimo de 21%, face ao valor registado no ano anterior, e um desvio positivo de 4%, relativamente ao projetado. O volume de negócios ascendeu a 29,4 milhões de euros.

Em 2024, a produção de energia elétrica da EDA Renováveis foi 261,2 GWh, revelando um decréscimo de 3,9% face ao valor registado no ano anterior. A produção de origem geotérmica foi de 177,6 GWh, inferior em 3,4% à produção alcançada em 2023. A produção de origem eólica foi de 50,0 GWh, 10,7% inferior à verificada no ano anterior. A produção hídrica atingiu os 32,5 GWh, 5,5% acima do valor registado em 2023. A produção de origem fotovoltaica nas ilhas de Santa Maria e Corvo, em 2024, foi de 1,1 GWh.

O ano de 2024 ficou inevitavelmente marcado pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que se prolonga desde a invasão por parte da Rússia, a 24 de fevereiro de 2022, bem como pela guerra entre Israel e Palestina, iniciada a 7 de outubro de 2023, que teve um forte impacto na economia da região e no investimento. A EDA Renováveis, tal como grande parte das empresas, viu a sua atividade condicionada por estes eventos, principalmente no que respeita à realização do investimento, tendo promovido os ajustamentos necessários e dado particular atenção à continuidade do serviço prestado.

No que diz respeito ao investimento na exploração de recursos geotérmicos para a produção de eletricidade, o ano de 2024 foi marcado por avanços significativos em diversas frentes visando atingir, em 2026, a instalação de 17 MW de potência geotérmica.

Destaca-se a celebração do grande contrato para a conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço da Ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho, com uma capacidade de 12 MW. Este marco assinalou o arranque da maior empreitada do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), iniciando-se a fase de engenharia de projeto. Paralelamente, foi celebrado o contrato de empreitada referente a "Movimentos de Terras, Saneamento de Solos e Contenção Periféricas", dando início às obras preparatórias para a ampliação da central.

No domínio da supervisão e segurança, foi lançado o concurso público para os serviços de Fiscalização, Higiene e Segurança no Trabalho e Gestão Ambiental, que garantirá a adequada monitorização das empreitadas associadas à Ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho.

No que respeita às infraestruturas associadas, concluiu-se o Projeto de Execução do Sistema Hidráulico de ligação entre a Central Geotérmica do Pico Vermelho e a conduta de injeção a jusante do PV5 a lançar no primeiro trimestre de 2025. Simultaneamente, foram finalizados o Anteprojeto do sistema de transporte de fluido entre os poços CL8, CL9 e CL10 e a Central Geotérmica da Ribeira Grande, bem como o Estudo Prévio, o Anteprojeto e o Projeto de Execução do acesso Sul à plataforma dos poços CL8, CL9 e CL10. Nesse âmbito, da Revitalização da Central Geotérmica da Ribeira Grande em 5MW, foi adjudicado o contrato de empreitada para a construção do "Acesso Sul à plataforma dos poços CL8, CL9 e CL10" permitindo melhorar as condições logísticas e operacionais para a exploração dos recursos geotérmicos da região e finalizado o estudo técnico para essa revitalização.

Estes desenvolvimentos refletem um compromisso contínuo com a modernização e expansão das infraestruturas geotérmicas, visando a maximização do aproveitamento sustentável dos recursos naturais para a produção de eletricidade.

A produção de energia de origem eólica registou um decréscimo de 10,7%, face ao valor registado no ano anterior. A menor disponibilidade de recurso em 2024, e a desativação faseada dos aerogeradores dos parques eólicos das ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores para completa remodelação foram as principais razões deste resultado.

O processo de desmontagem dos aerogeradores Enercon E30 foi iniciado pela Ilha de São Jorge em inícios de outubro seguindo-se na Ilha das Flores, em novembro, e na Ilha das Santa Maria em dezembro do ano de 2024.

No final do ano 2024 ficou concluída a construção do Parque Eólico do Cerrado das Vacas na Ilha do Corvo, composto por sete aerogeradores de 100kW de potência unitária. No entanto só se prevê a sua entrada em produção a meados do ano de 2025, após a conclusão da construção da linha de média tensão.

A produção de energia de origem hídrica registou um aumento face a 2023, com um acréscimo de cerca de 5,5%. Apesar de terem ocorrido algumas avarias técnicas, que causaram indisponibilidades temporárias em alguns grupos, como no caso da Central do Salto do Cabrito, observou-se, de forma geral, uma maior disponibilidade dos grupos hidroelétricos em todas as ilhas com produção hidroelétrica. As condições climatológicas, menos adversas ao longo de todo o ano, permitiram um balanço positivo entre a abundância de recursos e a necessidade de interrupções para a limpeza dos circuitos hídricos. O valor global da produção atingiu, assim, os 32,5 GWh, correspondendo a um aumento de 5,5% em relação a 2023.

Relativamente aos investimentos previstos e considerando a pretensão da Região Autónoma dos Açores em promover investimentos na Transição Energética, da responsabilidade da Região, nomeadamente em projetos que visam aumentar a participação dos recursos energéticos renováveis na produção de eletricidade, procedeu-se, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), à candidatura ao investimento C14-i03-RAA – “Transição Energética nos Açores”, dividindo-se pelos sub-investimentos C14-i03.01-RAA - Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade, investimento no incremento e revitalização da potência útil instalada em energia geotérmica para a produção de eletricidade no global de 17 MW, que permitirá um aumento da descarbonização do setor elétrico, por via do aumento da energia limpa por substituição de parte da energia térmica de base fóssil; e C14-i03.02-RAA - Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo, incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo – 850 Kw (700 kW de eólica e 150kW fotovoltaica), sem comprometer a estabilidade e a segurança do sistema elétrico: investimento que permitirá a integração de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, visando alcançar taxas de produção renovável elevadas, através da instalação de um parque eólico e um parque fotovoltaico, e da operação do sistema elétrico sem componente térmica em períodos de abundância de recursos renováveis. Nesse sentido foram concretizados os investimentos de construção do Parque Eólico do Cerrado das Vacas, com sete aerogeradores de 100 kW de potência unitária e o Parque Fotovoltaico do Pão de Açúcar com 150 kW de inversores fotovoltaicos, instalados.

A EDA Renováveis, S.A., cumprindo o seu plano de investimentos, iniciou em 2024 a renovação e à ampliação dos seus parques eólicos do Figueiral, na ilha de Santa Maria, do Pico da Urze, na ilha de São Jorge, e da Boca da Vereda, na ilha das Flores.

Este investimento decorre de se ter atingido o final do tempo de vida útil dos aerogeradores instalados no ano 2002. Estes aerogeradores, modelo E-30, foram, na altura, pioneiros na tecnologia utilizada, possuíam uma potência unitária nominal de 300 kW, uma altura ao eixo do rotor de 44 metros, um diâmetro de pás de 30 metros. Estes equipamentos utilizavam a tecnologia de topo aplicada somente nos modelos de última geração e de muito maior potência unitária, tendo-se manifestando perfeitamente adequados a uma boa integração à rede elétrica existente nas ilhas açorianas.

O investimento que se irá realizar recorrerá à mesma tecnologia, utilizando aerogeradores de maior potência unitária, do mesmo fabricante, modelo E-44 com um potencia nominal de 900 kW, uma altura ao eixo do rotor de 55 metros e um diâmetro

de pás de 44 metros, servindo para que se amplie a potência instalada dos parques eólicos dessas ilhas. Assim na ilha de Santa Maria os cinco aerogeradores antes instalados, que perfaziam a potência total de 1500 kW, darão lugar a três novos aerogeradores que irão perfazer a potência de 2700 kW. Já na ilha de São Jorge os seis aerogeradores antes instalados, que perfaziam a potência total de 1800 kW, darão lugar a cinco novos aerogeradores que irão perfazer a potência de 4500 kW. Na ilha das Flores os dois aerogeradores instalados, que perfaziam 600 kW darão lugar a um novo aerogerador de 900 kW.

Após as desmontagens dos antigos aerogeradores iniciadas no último trimestre do ano de 2024, iniciar-se-ão os trabalhos de construção civil com vista à construção dos maciços de fundação das novas torres, das plataformas para a sua instalação, das infraestruturas subterrâneas de média tensão para interligação dos aerogeradores e à remodelação dos Postos de Seccionamentos, prevendo-se a instalações dos novos aerogeradores no verão de 2025, a instalação dos novos equipamentos dos postos de seccionamento no outono 2025 com entrada em exploração total dos parques eólicos prevista para final do ano de 2025.

Concluiu-se a monitorização geodésica na Fajãzinha, que visava estudar as futuras implicações para a segurança estrutural do Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande, na ilha das Flores, com uma potência estimada de 1,2 MW. O Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Povoação, que, se implementado, permitirá incrementar a potência hidroelétrica instalada em São Miguel em 1,1 MW, encontra-se na fase de licenciamento de utilização privativa do recurso. Concluiu-se também o Estudo de Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira do Guilherme, que determinou favoravelmente, tanto em termos técnicos como ambientais e económicos, a instalação de uma potência de 0,96 MW. Realizou-se a construção e instalação de duas turbinas Vortex, num total de 60 kW, no âmbito do projeto piloto da EDA Renováveis de microprodução descentralizada.

VALORES CARACTERÍSTICOS

	2024	2023	2022	2021	2020	2019
PRODUÇÃO ENERGIA ELÉCTRICA (GWh)	261	272	261	257	279	279
Geotérmica	178	184	173	159	192	192
Hídrica	33	31	35	35	30	30
Eólica	50	56	53	63	57	57
Fotovoltaica	1	1	1	1	0	0
EQUIPAMENTO (nº)						
Centrais Geotérmicas	3	3	3	3	3	3
Centrais Hídricas	12	12	12	12	12	12
Parques Eólicos	8	7	7	7	7	7
Parques Fotovoltaicos	2	2	2	2	0	0
POTÊNCIA INSTALADA (MW)	64	64	64	64	63	63
Centrais Geotérmicas	27	27	27	27	27	27
Centrais Hídricas	8	8	8	8	8	8
Parques Eólicos	29	29	29	29	29	29
Parques Fotovoltaicos	0,7	0,7	0,7	0,7	0,0	0,0
INDICADORES (Mil Euros)						
Volume de Negócios	29 359	29 216	26 739	26 000	28 370	28 026
Resultado Operacional - EBIT	11 541	15 360	9 953	10 601	12 259	12 066
EBITDA	20 846	23 240	17 606	18 180	20 143	19 849
VAB	22 769	24 968	19 841	20 389	22 343	20 777
Resultado por ação (Euro)	2,26	2,85	1,79	1,66	2,09	1,97
Capital Próprio	164 451	150 742	140 953	115 306	113 000	108 630
Ativo Líquido	184 395	169 340	158 499	129 609	130 521	126 264
Investimento (ano)	27 293	3 852	5 229	20 083	13 622	2 887
Nº DE TRABALHADORES	60	68	70	80	70	60

Missão e Objetivos Estratégicos

A EDA Renováveis tem por **Missão** o aproveitamento de recursos renováveis para a produção de eletricidade ou outros fins bem como fornecer bens, prestar serviços e assistência técnica a terceiros em áreas afins, devendo, em articulação com a EDA, assegurar de forma sustentável o interesse da sociedade e das partes interessadas para o seu bom desempenho.

A **estratégia** da EDA Renováveis atende à sua responsabilidade social e promove a transição para uma economia de baixo carbono nos Açores. Considera o desenvolvimento de um portefólio de produção de eletricidade através de fontes renováveis, suportado em soluções diferenciadoras, ajustadas aos recursos naturais de cada uma das ilhas dos Açores.

O capital gerado pela empresa deve assegurar as necessidades de investimento para manutenção, renovação e crescimento da sua capacidade produtiva de modo a capturar as oportunidades provenientes da transição energética e a remunerar o capital acionista.



A estratégia é suportada na capacidade financeira e técnica da empresa e o seu sucesso depende desse binómio. Uma cultura organizacional alicerçada no conhecimento, nas boas práticas e na partilha de valor assegurará as competências necessárias para enfrentar os desafios e as dinâmicas do sector energético.

Assumindo a ética e a responsabilidade social e ambiental como **Valores** é nossa **Visão** que a aplicação das melhores

práticas no desenvolvimento das atividades, assente na gestão de riscos e de oportunidades, nos proporcionará alcançar os **Objetivos Estratégicos** definidos nos Planos e Orçamentos da empresa:

- Assegurar a **Qualidade de Serviço e a Satisfação do Cliente** – assente na ideia de que a capacidade produtiva apenas assume valor enquanto realização da satisfação de uma necessidade;

- Promover o **Desenvolvimento Sustentável** – reconhecimento da relevância e do impacto da atividade da empresa nas vertentes ambiental, económica e social nos Açores;
- Garantir a **Solidez e Sustentabilidade Financeira** – determinante para a viabilização e garantia de retorno do projeto EDA Renováveis;
- Promover a **Inovação e a Modernização Tecnológica** – essencial no atual contexto de desenvolvimento tecnológico de descarbonização da economia e da transição energética e da digitalização e conectividade da economia;
- Garantir o **Desenvolvimento de Competências** – assegurar a capacitação e o bem-estar dos trabalhadores através da partilha de valor, do conhecimento e das boas práticas de integração e de suporte na empresa.

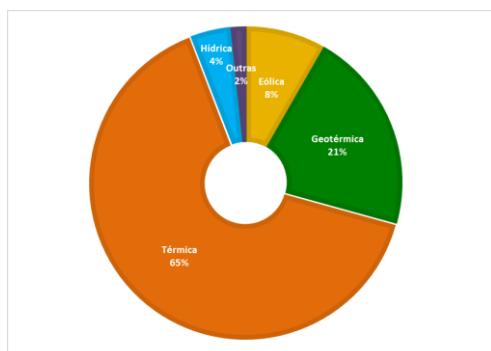
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL

O atual enquadramento económico mundial encontra-se fortemente marcado pelos efeitos da invasão da Ucrânia por parte da Rússia e pelas sanções aplicadas a esta pela União Europeia e Estados Unidos da América, que afetaram também toda a economia mundial, refletindo-se em aumentos significativos da inflação a nível geral.

Em Portugal, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, o Produto Interno Bruto, no final de 2024, registou um crescimento de 1,9%, face ao ano anterior. Quanto à inflação, e de acordo com a mesma fonte, o valor registado no final do exercício de 2024 foi de 2,4%.

O mercado da eletricidade da Região caracteriza-se pela sua reduzida dimensão e dispersão pelas nove ilhas do arquipélago, com a maior concentração geográfica de clientes a situar-se nas ilhas de São Miguel e Terceira, responsáveis pelo consumo de 79,0% de energia elétrica na Região.

Em 2024, o consumo de eletricidade na Região Autónoma dos Açores registou um crescimento na ordem dos 3,1%.



A EDA Renováveis tem por objeto social o aproveitamento de recursos renováveis para a produção de eletricidade ou outros fins. Na Região Autónoma dos Açores, no ano de 2024, cerca de 89% da eletricidade emitida para a rede com origem em fontes renováveis ou de recursos endógenos foi da responsabilidade da EDA Renováveis.

A empresa possui atualmente três Centrais Geotérmicas, Ribeira Grande e Pico Vermelho, em São Miguel, e Pico Alto, na Ilha Terceira, oito Parques Eólicos, estando em remodelação os parques das ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores, em operação os parques das ilhas de São Miguel, Terceira, Pico e Faial, e em fase de ligação à rede o parque eólico da ilha do Corvo, doze Centrais mini-hídricas, instaladas nas ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Flores, e dois Parques Fotovoltaicos instalados em Santa Maria e Corvo.

A empresa detém a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados no concelho da Ribeira Grande, por um período de 25 anos, contados a partir de 16 de junho de 2020, passível de prorrogação, bem como a concessão exclusiva da

exploração dos recursos geotérmicos situados na zona no Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos, contados a partir de 7 de agosto de 2017, cuja área foi alargada em 6 de janeiro de 2021.

Detém também as concessões para a captação de água superficial, para produção de energia elétrica, na ilha de São Miguel, na Ribeira Grande, no local do Salto do Cabrito, pelo prazo de 35 anos, contados a partir de 16 de janeiro de 2008; na Ribeira Quente, nos locais de Tambores, Canário e Foz da Ribeira, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2018, e nos Túneis, contados a partir de 27 de outubro de 2015; bem como em Vila Franca do Campo, nos locais da Fábrica Nova e da Ribeira da Praia, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 12 de janeiro de 2018. Detém igualmente, na ilha das Flores, a concessão para a captação de água superficial para a produção de energia hidroelétrica relativamente às ribeiras de Além Fazenda, Badanela, Fazenda, Algarès, do Meio e Cascalho, no concelho de Santa Cruz das Flores, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 16 de dezembro de 2019, e renovou em 2022 a concessão de recursos hídricos e a Avaliação de Impacte Ambiental da Ribeira Grande, no concelho das Lajes das Flores. A 27 de setembro de 2022 obteve a concessão para aproveitamento hidroelétrico das sobras das águas das nascentes do Cabrito e Furna da Água, na ilha Terceira, para a laboração das centrais da Nasce Água, São João de Deus e Cidade por um período de 75 anos. A 9 de novembro de 2023 obteve-se a concessão de recursos hídricos para utilização privativa das ribeiras das Águas Claras, Cabeço dos Trinta, Lomba, Adão, Bom Dia, Serrado Novo, Cabras, Funda, Joana Pires e linhas de água do Brejo, para produção de energia hidroelétrica na central do Varadouro – ilha do Faial, por um período de 75 anos.

Os Parques Eólicos e Parques Fotovoltaicos operam mediante as respetivas licenças de exploração. A exploração dos recursos é feita mediante a atribuição de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, conforme previsto no Art.º 11º, do Decreto Legislativo Regional nº 15/96/A, de 1 de agosto. A licença é sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, que é concedida após consulta ao concessionário do transporte e distribuição para determinação dos pontos de interligação e da tensão nominal nesses pontos.

A EDA Renováveis, enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis, tem, de acordo com o Art.º 12º do decreto legislativo regional acima referido, garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz, direito esse vertido no contrato de compra e venda de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição

de eletricidade na Região Autónoma dos Açores. A eletricidade produzida foi vendida aos preços estabelecidos em contrato, cujos valores de 2024 foram de 112,40 euros/MWh.

A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção, em função da procura de energia elétrica e das cláusulas contratuais de fornecimento de energia, conforme princípios estabelecidos no Despacho Normativo nº 65/2011, de 17 de agosto, da Secretaria Regional do Ambiente e Energia, que estabelece as regras a observar pela Concessionária do Transporte e Distribuição de Eletricidade da Região Autónoma dos Açores na deslastragem dos centros electroprodutores não vinculados ao serviço público, atendendo à prioridade estabelecida na colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

FACTOS RELEVANTES

Ao longo do ano de 2024 sobressaem acontecimentos significativos que importam destacar:

- Celebração do contrato de conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço da Ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho de 12 MW e arranque da empreitada, com a fase de engenharia de projeto;
- Celebração do Contrato de Empreitada de “Movimentos de Terras, Saneamento de Solos, e Contenção Periféricas”, e arranque desta obra preparatória da Ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho.
- Lançamento do concurso público para os serviços de Fiscalização, Higiene e Segurança no trabalho e Gestão Ambiental, das empreitadas da Ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho;
- Conclusão do Projeto de Execução do Sistema Hidráulico de ligação entre a Central Geotérmica do Pico Vermelho e a conduta de injeção a jusante do PV5;
- Conclusão do Anteprojeto do sistema de transporte de fluido entre os poços CL8, CL9 e CL10 e a Central Geotérmica da Ribeira Grande, executado pela Verkis;
- Conclusão do Estudo Prévio, Anteprojeto e Projeto de Execução do acesso Sul à plataforma dos poços CL8, CL9 e CL10, executado pela COBA;
- Adjudicação do contrato de empreitada do “Acesso Sul à plataforma dos poços CL8, CL9 e CL10” à empresa A. R. Casanova – Construção Civil, Lda., inserido no âmbito da Revitalização da Central Geotérmica da Ribeira Grande;
- Formalização do licenciamento do regime de Prevenção de Acidentes Graves junto da entidade licenciadora (Direção Regional da Energia (DREn) e Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC)) da Central Geotérmica do Pico Alto e da Central Geotérmica do Pico Vermelho. Conclusão da compilação da documentação para elaboração das peças necessárias à formalização do licenciamento da Central Geotérmica da Ribeira Grande;
- Instalação de painéis fotovoltaicos nos tetos das Centrais Hídricas de Nasce Água e da Cidade, na ilha Terceira;
- Projeto da Central Hídrica da Povoação em fase de licenciamento para utilização privativa do recurso;
- Estudo de Viabilidade do Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira do Guilherme;

- Instalação de sistema piloto VORTEX na Central Hidroelétrica dos Túneis para compensação dos consumos auxiliares;
- Novo sistema de gestão e controlo da CH Varadouro;
- Reabilitação do alternador da CH Salto Cabrito;
- O processo de desmontagem dos aerogeradores Enercon E30 nas Ilhas de São Jorge, Flores e Santa Maria.
- Desenvolvimento das empreitadas relativas à construção civil, remodelação dos postos de seccionamento e ao fornecimento e instalação de aerogeradores para as ampliações dos parques eólicos das ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores;
- Desenvolvimento e conclusão da empreitada relativa ao concurso público internacional para o fornecimento e montagem de sete aerogeradores de 100kW de potência unitária e restantes instalações para a construção do Parque Eólico Cerrado das Vacas, Ilha do Corvo;
- Desenvolvimento e conclusão das empreitadas relativas à ampliação do parque fotovoltaico do Pão de Açúcar na ilha do Corvo com a entrada em funcionamento da Fase B com mais 75kW de potência, totalizando 150kW de ligação à rede.

DESEMPENHO

Em 2024, a potência total instalada em centrais hídricas, eólicas e geotérmicas da EDA Renováveis ascendia a 64,1 MW. O conjunto dos centros produtores integram:

Ilha	Parque Eólico	Potência (MW)
Santa Maria	Figueiral	1,5
São Miguel	Graminhais	9,0
Terceira	Serra do Cume	9,0
São Jorge	Pico da Urze	1,8
Pico	Terras do Canto	2,4
Faial	Salão	4,3
Flores	Boca da Vereda	0,6
Total		28,6

Ilha	Central Hídrica	Potência (MW)
São Miguel	Salto do Cabrito	0,7
	Tambores	0,1
	Canário	0,4
	Foz Ribeira Quente	0,8
	Ribeira da Praia	0,8
	Nova	0,6
	Túneis	1,6
Terceira	Nasce D'Água	0,7
	Cidade	0,3
	São João de Deus	0,4
Faial	Varadouro	0,3
Flores	Ribeira Além Fazenda	1,5
Total		8,3

Ilha	Central Geotérmica	Potência (MW)
São Miguel	Pico Vermelho	10,0
	Ribeira Grande	13,0
Terceira	Pico Alto	3,5
Total		26,5

Ilha	Parque Fotovoltaico	Potência (MW)
Santa Maria	Aeroporto	0,6
Corvo	Vila do Corvo	0,2
Total		0,8

- Sete Parques Eólicos nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores, com uma potência total instalada de cerca de 28,6 MW (Sendo que o oitavo parque eólico, na ilha do Corvo, de 0,7 MW, aguarda ligação);
- 12 Centrais Hídricas, com uma potência total de cerca de 8,3 MW, localizadas em São Miguel, Terceira, Faial e Flores;
- Três Centrais Geotérmicas, duas localizadas na ilha de São Miguel e uma na ilha Terceira, com uma potência total de 26,5 MW;
- Dois Parques Fotovoltaicos, localizados nas ilhas de Santa Maria e Corvo, com potências de 600 kW e 150 kW, respetivamente, totalizando uma potência de 0,8 MW.

O aproveitamento do recurso geotérmico na ilha de São Miguel é efetuado no campo da Ribeira Grande, localizado no flanco norte do vulcão do Fogo, através da operação das Centrais da Ribeira Grande e do Pico Vermelho. A Central da Ribeira Grande é abastecida pelo calor do fluido geotérmico captado pelos poços CL1, CL5, CL6 e CL7, situados na parte sul do campo, designada por sector de Cachaços-Lombadas.

A Central do Pico Vermelho é abastecida pelo fluido geotérmico dos Poços PV2, PV3, PV4, PV7 e PV8, situados na parte norte do vulcão, designada por sector do Pico Vermelho.

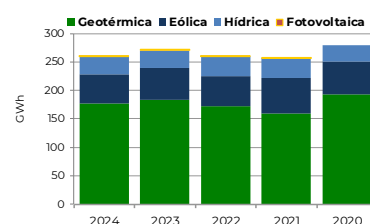
Após utilização nas centrais, o fluido geotérmico é devolvido ao reservatório, com a reinjeção a ser repartida pelos sectores de Cachaços-Lombadas (Poços CL4 e CL4-A) e do Pico Vermelho (Poços PV9, PV10 e PV11). Face à boa permeabilidade dos poços de reinjeção e à sua localização, numa elevação inferior à das centrais, a reinjeção ocorre em aspiração, sem necessidades de bombagem.

Na ilha Terceira, é efetuado o aproveitamento do recurso do campo geotérmico do Pico Alto, localizado no vulcão do Pico Alto, através da operação da Central com a mesma designação com uma potência instalada de 3,5 MW. Este campo geotérmico, ainda em investigação, dispõe de apenas 4 poços em exploração, com profundidades variáveis entre 1,1 e 1,9 km.

A Central do Pico Alto (3,5 MW), em operação desde agosto de 2017, é abastecida pelo calor do fluido captado pelos Poços PA2, PA3 e PA4, que após utilização na Central são devolvidos ao reservatório profundo, no poço PA8, onde a reinjeção ocorre em aspiração.

Emissão de energia eléctrica de origem renovável, por recurso (GWh)

	2024	2023	2022	2021	2020	Var. 2024/2023
Eólica	50,0	56,0	52,7	63,1	56,9	-10,7%
Geotérmica	177,6	183,8	172,9	158,8	193,2	-3,4%
Hídrica	32,5	30,8	34,6	34,8	30,2	5,5%
Fotovoltaica	1,1	1,0	1,0	0,5	0,0	4,4%
Total	261,2	271,7	261,3	257,2	280,2	-3,9%



Do total de energia elétrica emitida pela EDA Renováveis, 261,2 GWh, 68,0% foi de origem geotérmica, 19,2% de origem eólica, 12,4% de origem hídrica e 0,4% de origem fotovoltaica. Face ao ano anterior, verificou-se uma diminuição global de 3,9%, com variações de -3,4% na produção geotérmica, -10,7% na produção eólica e 5,5% na produção hídrica.

A energia elétrica entregue pela EDA Renováveis nas redes dos sistemas elétricos das ilhas de São Miguel e Terceira assume especial relevância.

Produção de energia elétrica de origem renovável, por ilha, em 2024 (GWh)

	Geotérmica	Hídrica	Eólica	Fotovoltaica	Total
Santa Maria	-	-	0,63	1,01	1,6
S. Miguel	170,18	25,02	14,87	-	210,1
Terceira	7,38	2,26	23,67	-	33,3
S. Jorge	-	-	0,94	-	0,9
Pico	-	-	4,75	-	4,7
Faial	-	0,14	4,99	-	5,1
Flores	-	5,11	0,17	-	5,3
Corvo	-	-	-	0,08	0,08
Total	177,6	32,5	50,0	1,09	261,2

Em 2024, a energia renovável emitida pela empresa representou 43,9%, no total do sistema elétrico da ilha de São Miguel. A energia de origem geotérmica correspondeu a 35,6%.

Na ilha das Flores, a contribuição de energia renovável da responsabilidade da empresa atingiu 45,7%, do qual 44,2% respeita a energia hídrica e 1,5% a energia eólica.

Na ilha Terceira, a produção, da responsabilidade da EDA Renováveis, de origem geotérmica representou 3,7%, no total da energia elétrica no sistema elétrico da ilha, e a energia eólica representou 11,7%, com a hídrica a representar 1,1%, num total de 16,5%.

Na ilha de Santa Maria, a contribuição de energia renovável da responsabilidade da empresa atingiu os 7,3%, da qual 2,8% respeita a energia eólica e 4,5% a energia solar.

Nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge, a percentagem de energia renovável da responsabilidade da EDA Renováveis nos sistemas elétricos dessas ilhas foi de 10,3%, 9,3% e 3,2%, respetivamente.

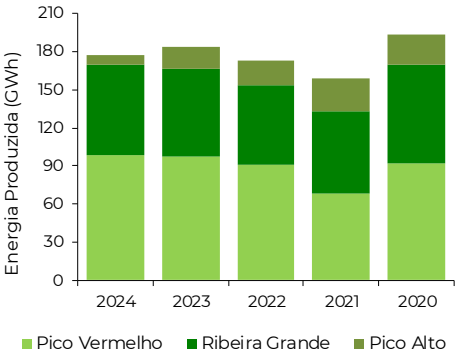
Na ilha do Corvo, a produção fotovoltaica da EDA Renováveis representou 4,6% do total da produção elétrica na ilha.

Exploração de Centrais Geotérmicas

Emissão de Energia Eléctrica

Centrais Geotérmicas (GWh)

	2024	2023	2022	2021	2020	Var. 2024/23	Contr. 2024
Pico Vermelho	98,6	97,8	90,5	68,3	91,8	0,9%	56%
Ribeira Grande	71,6	68,8	62,9	64,5	77,6	4,0%	40%
Pico Alto	7,4	17,2	19,5	25,9	23,7	-57,2%	4%
	177,6	183,8	172,9	158,8	193,2	-3,4%	100%

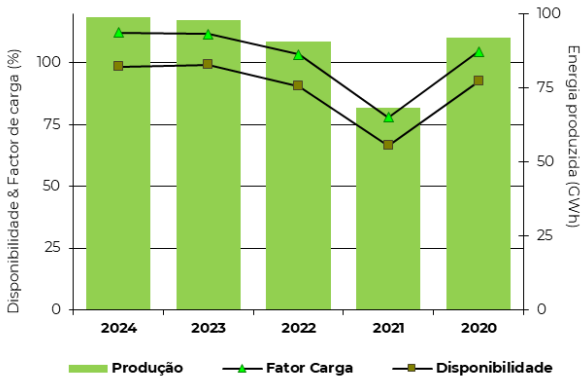
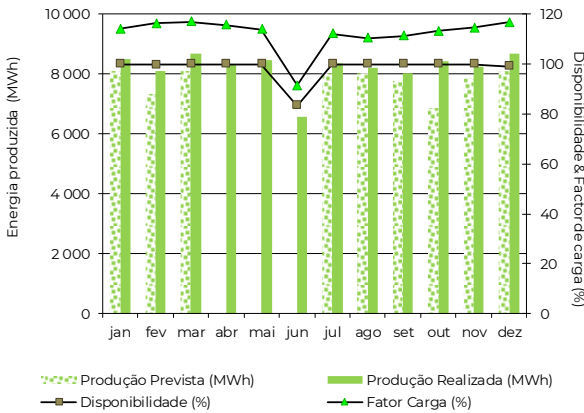


Em 2024, a produção de energia elétrica a partir de recursos geotérmicos totalizou 177,6 GWh, inferior em 3,4% face ao registado em 2023.

Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho

Parâmetro	Un.	2024		2023
		Previsto	Realizado	Realizado
Produção	GWh	70,3	98,6	97,8
Potência Média	MW	11,0	11,2	11,2
Disponibilidade	%	73,2	98,5	99,3
Fator de carga ⁽¹⁾	%	80,2	112,3	111,6

(1) Quando comparada com a potência contratada.



A Central Geotérmica do Pico Vermelho produziu 98,6 GWh, mais 0,9% do que o valor verificado em 2023. A disponibilidade atingida foi de 98,5% e o fator de carga, quando calculado tendo em conta a potência contratada, foi de 112,3%.

Esta Central manteve os resultados e indicadores de produção estáveis, fruto da boa condição demonstrada pelos equipamentos instalados e da disponibilidade de excedente de fluido geotérmico à cabeça dos poços de produção.

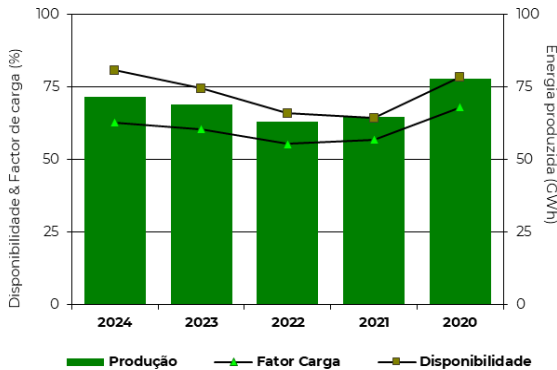
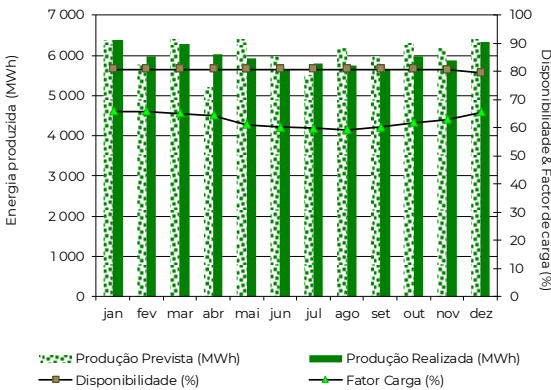
Na Central Geotérmica do Pico Vermelho procedeu-se à execução dos planos de manutenção previstos para o grupo gerador e sistemas auxiliares, bem como das inspeções dos sistemas de injeção de inibidor. Adicionalmente foi efetuada a verificação e correção de alinhamento de veios do grupo gerador.

De um modo mais detalhado, os principais indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho e a evolução da produção anual da central, nos últimos cinco anos, são os indicados no gráfico.

Indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande

Parâmetro	Un.	2024		2023
		Previsto	Realizado	Realizado
Produção	GWh	72,8	71,6	68,8
Potência Média	MW	8,3	8,1	7,9
Disponibilidade	%	78,9	80,6	74,3
Fator de carga ⁽¹⁾	%	63,9	62,7	60,4

(1) Quando comparada com a potência contratada.



A **Central Geotérmica da Ribeira Grande**, em 2024, produziu 71,6 GWh, valor este inferior ao valor previsto inicialmente, mas superior em 4,0% relativamente ao verificado em 2023.

No âmbito das atividades de manutenção programada, foram executadas as revisões dos grupos geradores e sistemas auxiliares, assim como as inspeções dos sistemas de injeção de inibidor, de acordo com os planos de manutenção para 2024, com exceção do grupo 2, cuja paragem definitiva está prevista para o primeiro semestre de 2025.

De um modo mais detalhado, os principais indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande e a evolução da produção anual da central, nos últimos cinco anos, são os indicados no gráfico.

No âmbito da exploração das Centrais Geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Vermelho, prosseguiu-se a

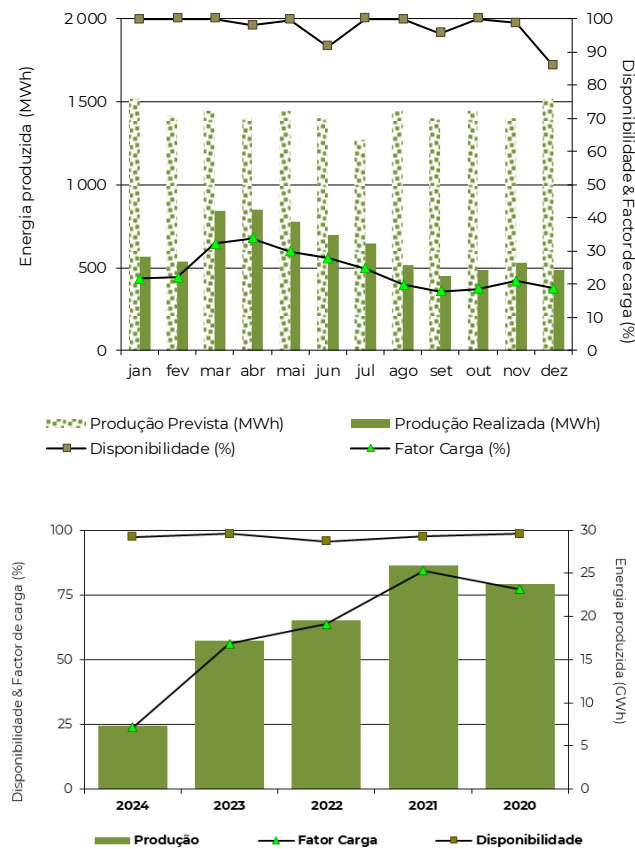
implementação do plano de ensaios aos Equipamentos Sob Pressão (ESP), instalados nos grupos geradores e auxiliares e nos poços geotérmicos. Devido à extensão e complexidade de alguns dos equipamentos a inspecionar, bem como à necessidade de manter a Central e os poços em serviço face às dificuldades operacionais da Central Térmica do Caldeirão, o plano de ensaios aos ESP foi reprogramado e submetido à aprovação pela Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade (DREC), contemplando duas fases, uma primeira para os equipamentos dos poços geotérmicos

e uma segunda para os equipamentos das Centrais, tendo o plano sido deferido pela DREC.

Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Alto

Parâmetro	Un.	2024		2023
		Previsto	Realizado	Realizado
Produção	GWh	17,1	7,4	17,2
Potência Média	MW	2,0	0,8	2,0
Disponibilidade	%	96,2	97,4	98,6
Fator de carga ⁽¹⁾	%	55,7	24,0	56,2

(1) Quando comparada com a potência contratada.



No ano de 2024, a **Central Geotérmica do Pico Alto** produziu 7,4 GWh, valor inferior à produção anual estabelecida para o ano.

No que respeita às atividades de manutenção programada ao grupo gerador e sistemas auxiliares, estas foram executadas conforme previsto no Plano de Manutenção de 2024. A paragem anual para a manutenção programada foi realizada no mês de novembro. De acordo com o realizado nos outros anos, a paragem anual incluiu a manutenção à subestação e aos transformadores principal e de serviços auxiliares de 30kV.

A produção de 2024 foi assegurada com o contributo dos poços PA2, PA3 e PA4, sendo que esta combinação resultou na produção de 7,4 GWh, o que representa um decréscimo de cerca de 9,8 GWh comparativamente ao ano anterior.

Este decréscimo é justificado pela baixa produtividade e instabilidade do poço PA3, e ainda pelo declínio acentuado na disponibilidade anual do poço PA2, após ter sido verificada uma alteração considerável na sua estabilidade produtiva a partir do final de 2023, data em que a pressão de operação do poço desceu abaixo da pressão de serviço do coletor de vapor da Central, condição que se manteve durante quase todo o ano de 2024, o que representou perda considerável de produção.

A produção base, em termos de energia primária, tem sido assegurada maioritariamente pelo poço PA4, que se tem revelado relativamente estável ao longo dos anos.

Relativamente à disponibilidade da Central, calculada em 97,4%, verificou-se um decréscimo de 1,2% comparativamente ao ano transato, o que resultou da necessidade de efetuar duas paragens não previstas, com a duração total de cerca de 6 dias, em setembro e em dezembro.

Face à produção de 7,4 GWh no ano de 2024, calcula-se um fator de carga de 24 %, considerando a potência nominal da CGPA de 3,5 MW.

Exploração de Recursos Geotérmicos

A Central Geotérmica da Ribeira Grande, no ano de 2024, foi abastecida pelo calor do fluido geotérmico captado pelos Poços CL1, CL5, CL6 e CL7. Não obstante, a produção destes poços continuou a revelar-se insuficiente para saturar a potência da Central, conforme já verificado nos indicadores de produção referidos. Após a utilização na Central, o fluido geotérmico é devolvido ao reservatório profundo, através dos poços de reinjeção CL4 e CL4-A, sem necessidade de bombagem. O poço CL3 manteve-se como poço de monitorização, garantindo o acompanhamento, em contínuo, da pressão no reservatório, através de equipamento de medição específico instalado no interior do poço. Os resultados obtidos são considerados estáveis durante a operação normal da Central. O poço CL2, face ao colapso do revestimento de produção identificado em 2013, foi mantido fora de serviço.

No que se refere à Central Geotérmica do Pico Vermelho, esta foi abastecida pelo calor do fluido geotérmico captado pelos poços geotérmicos PV3, PV4 e PV8. A produção do PV3 e PV4 manteve-se estável à semelhança dos anos anteriores, contudo o PV8 mostra um ligeiro declínio de pressão e de caudal, em consequência da deposição de calcite no interior do poço. Esta ligeira diminuição da produção do PV8 ainda não teve impacto nos resultados globais da Central, contudo, a equipa técnica prepara-se para intervir no PV8, no sentido de realizar uma limpeza mecânica dos depósitos de calcite e restaurar o diâmetro interno livre do poço. Após utilização na Central, o fluido geotérmico é devolvido ao reservatório profundo, nos poços de reinjeção PV5, PV6, PV9, PV10 e PV11. A reinjeção no PV5 e PV6 é temporária até à conclusão da empreitada de beneficiação do sistema hidráulico de injeção, que se prevê no início de 2026. Por opção de operação da Central, os poços PV2 e PV7 mantiveram-se fechados durante o ano de 2024. De um modo geral, continuou a verificar-se uma elevada produção dos poços geotérmicos em operação no Pico Vermelho, com consequente saturação da potência da Central, durante a maior parte do ano.

A operação da Central Geotérmica do Pico Alto continuou a ser suportada pela produção dos Poços PA2, PA3 e PA4. Contudo, verificou-se um declínio acentuado na disponibilidade anual do poço PA2 (desceu para 20%), em resultado de, após cerca de 6-7 anos de produção em contínuo e progressiva despressurização, não conseguir produzir de forma continuada com pressão à cabeça acima da pressão de vapor de serviço da Central. Esta ocorrência teve um impacto direto na produção desta Central. O PA2 encontra-se em avaliação, para se aferirem quais as condições necessárias ocorrer para que seja possível explorar este poço de forma mais continuada. Os poços PA3 e PA4, continuam com valores de produção semelhantes ao exercício anterior. O poço de injeção é o PA8 e, até à data, não apresentou problemas na receção de efluente da Central.

No âmbito do acompanhamento da resposta do reservatório geotérmico da Ribeira Grande ao esforço de exploração, foi seguido o plano de monitorização do recurso, incluindo a monitorização da produção dos poços (caudal, entalpia e pressão à cabeça), a monitorização da pressão e temperatura do reservatório (quer através de diagrfias periódicas, quer através do registo contínuo) e a evolução da composição química e a caracterização isotópica do fluido geotérmico (incluindo a fase líquida e a fase gasosa). Ao longo de 2024, e à semelhança dos anos anteriores, o reservatório geotérmico da Ribeira Grande manteve-se estável, indicando a exploração sustentável do recurso até à data.

No âmbito das operações de manutenção preventiva dos poços geotérmicos, manteve-se a aplicação de um inibidor químico de precipitação de calcite no interior dos poços de produção do campo geotérmico da Ribeira Grande, para, dessa forma, manter a capacidade produtiva dos mesmos. Para além disso, com recurso a calibradores de diferentes diâmetros, manteve-se a inspeção periódica do diâmetro livre do interior dos poços e da eventual presença e extensão de incrustações de calcite no interior dos poços. Apesar da deposição anómala de calcite no poço geotérmico PV8, a aplicação de inibidor de calcite neste poço é vantajosa, na medida que retarda a deposição mineral e adia as intervenções de limpeza mecânica realizadas (a última intervenção ocorreu em 2017).

Para garantir flexibilidade operacional no fornecimento do inibidor químico da deposição de calcite, e por forma a prevenir uma eventual rutura no fornecimento, em 2024 realizou-se uma investigação detalhada ao mercado para identificar alternativas ao inibidor que tem vindo a ser aplicado há vários anos no campo geotérmico da Ribeira Grande, com excelentes resultados. O estudo considerou aspetos técnicos e económicos,

para além de aspetos logísticos associados à fiabilidade do abastecimento. Os resultados indicaram que a substituição é possível, mas acarreta riscos para a produção, pois a introdução de um novo inibidor carecerá sempre de um período de teste da sua eficácia no terreno, para além de que a alteração não resulta num benefício significativo do ponto de vista económico que pudesse justificar tais riscos.

No âmbito das obrigações de acompanhamento ambiental do campo geotérmico da Ribeira Grande, prosseguiram-se os programas de monitorização sismovulcânica, a cargo do CIVISA, incluindo as componentes da geodesia (deformação do terreno), da geofísica (sismicidade) e da geoquímica (campos fumarólicos), bem como dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, não tendo sido identificados impactos imputáveis à exploração geotérmica.

No Campo Geotérmico do Pico Alto manteve-se o plano de monitorização da exploração, muito semelhante ao implementado em São Miguel, diferindo, no entanto, na periodicidade do acompanhamento, mais apertada, devido à necessidade de caracterização detalhada e por se tratar de um reservatório com características diferentes.

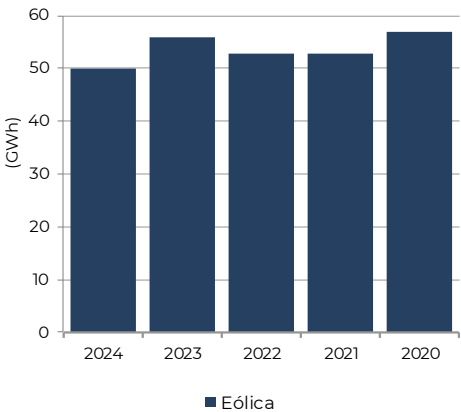
Relativamente à monitorização ambiental da exploração do Campo Geotérmico do Pico Alto, encontram-se implementados planos de monitorização dos seguintes descritores: ecologia, recursos hídricos, solos, sismovulcânica, qualidade do ar e ambiente acústico. Até à data não foram identificados impactos ambientais imputáveis à exploração da Central Geotérmica do Pico Alto.

No seguimento do RECAPE da construção e exploração da Central Geotérmica do Pico Alto (CGPA), concluiu-se a implementação do programa de Conservação e Integração Paisagística da CGPA. Este programa de conservação estabeleceu o “tratamento vegetal dos taludes das plataformas, com espécies adequadas e características da flora local, com vista a colmatar problemas de erosão dos solos e a garantir a continuidade do coberto vegetal da envolvente”; bem como “a implantação de uma estrutura verde dissimuladora no perímetro da Central, com utilização de espécies características da região, adaptadas às condições edafoclimáticas, e disposta de modo a estabelecer uma certa continuidade física, ecológica e visual com os corredores vegetais existentes”. Nos próximos anos, o impacto da estrutura verde dissimuladora deverá aumentar com o crescimento e desenvolvimento das espécies plantadas/semeadas no interior e espaços envolventes à CGPA.

Exploração de Parques Eólicos

Emissão de energia eólica (GWh)

2024	2023	2022	2021	2020	2019	Var.% 2024/23
50,0	56,0	52,7	52,7	56,9	57,4	-10,7%



Em 2024, a produção anual de energia elétrica de origem eólica atingiu os 50,0 GWh, correspondendo a um decréscimo de 10,7% relativamente ao valor registado no ano anterior (56,0 GWh).

Indicadores de produção, por parque eólico

Parque Eólico		2024	2023	Variação	
Figueiral	Santa Maria	629	1 788	-1 158	-65%
Graminhais	São Miguel	14 874	15 946	-1 072	-7%
Serra do Cume	Terceira	23 670	25 194	-1 525	-6%
Pico da Urze	São Jorge	944	2 158	-1 214	-56%
Terras do Canto	Pico	4 748	5 049	-301	-6%
Salão	Faial	4 985	5 369	-384	-7%
Boca da Vereda	Flores	173	534	-361	-68%
Total		50 023	56 038	-6 016	-10,7%

Durante o ano de 2024, ao nível da exploração, destacam-se algumas indisponibilidades mais prolongadas, nomeadamente:

- No Parque Eólico do Figueiral, ilha de Santa Maria, surgiram avarias nos aerogeradores números dez, onze, treze e catorze, que, pela natureza das reparações e dos meios necessários a envolver, desaconselharam a reparação, pois os mesmos seriam desmantelados brevemente;
- No Parque Eólico dos Graminhais, ilha de São Miguel, no aerogerador número um, com problema no alternador; nos aerogeradores números quatro e seis, com problema no rolamento frontal e com o colapso do aerogerador número nove, originado por um conjunto de

Indicadores de produção, por parque eólico

Parque Eólico		2024		
		Potência (MW)	Horas Equivalentes	Fator de Carga
Figueiral	Santa Maria	1,5	420	5%
Graminhais	São Miguel	9,0	1 653	19%
Serra do Cume	Terceira	9,0	2 630	30%
Pico da Urze	São Jorge	1,8	524	6%
Terras do Canto	Pico	2,4	1 978	23%
Salão	Faial	4,3	1 173	13%
Boca da Vereda	Flores	0,6	288	3%
Total	Total	28,6	1 752	20%

fatores, sendo o de maior relevância, as condições atmosféricas adversas e/ou fenómeno meteorológico localizado identificado.

- No Parque Eólico da Serra do Cume, Ilha Terceira, os aerogeradores número sete e número um tiveram alguns problemas de difícil intervenção que, devido à sua natureza e à persistência de condições atmosféricas adversas dificultaram a sua reparação. O aerogerador número dois e o aerogerador número três tiveram problemas nos alternadores, tendo sido necessário aguardar por intervenção especializada de equipa externa à empresa. O aerogerador número oito teve uma avaria grave onde foi necessário efetuar a substituição integral do seu Quadro de Média Tensão.

- No Parque Eólico Pico da Urze, Ilha São Jorge nos aerogeradores números seis, sete, dez e onze surgiram avarias, que, à semelhança de Santa Maria, pela natureza da reparação e / ou dos meios necessários a envolver, desaconselharam as reparações pois esses aerogeradores seriam, em breve, desmantelados;

- No Parque Eólico Terras do Canto, Ilha do Pico, no aerogerador número quatro, devido ao elevado tempo de fornecimento de material por parte fornecedor;

- No Parque Eólico Salão, Ilha do Faial, no aerogerador números dois, devido a avaria ao nível do rolamento frontal e da necessidade de envolver equipas especializadas e meios de elevação para a resolução dessa avaria;

- No Parque Boca da Vereda, Ilha das Flores, no aerogerador números dois, à semelhança de S. Maria e S. Jorge, pela natureza da reparação e dos meios necessários à sua resolução e iminência de desmontagem, desaconselharam a reparação.

As intervenções de manutenção preventiva dos aerogeradores são asseguradas pelas equipas dos fabricantes, nas diversas intervenções existentes. Estas intervenções foram sendo ajustadas em função das dificuldades de circulação entre as ilhas e das disponibilidades dos trabalhadores, tendo, contudo, sido totalmente asseguradas.

No âmbito da desmaterialização dos processos, toda a metodologia de reporte de avaria, de solicitação de intervenção e de relatório da intervenção, com discriminação das tipologias, das metodologias empregues, dos técnicos intervenientes e dos materiais utilizados, está integrada em plataforma eletrónica própria, denominada NAVIA.

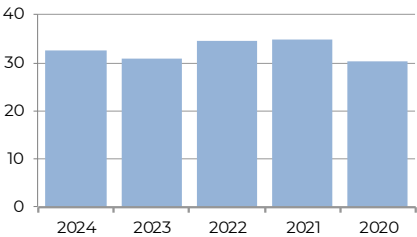
O atingir do limite da vida útil, de vinte anos, dos aerogeradores montados nos parques eólicos das ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores, verificado em 2023, foi decisivo para a degradação da disponibilidade destes parques, quer pela frequência das avarias, quer pelo prolongamento nos tempos de reparação, causada pela demora na entrega de

alguns componentes e ainda pela decisão de não proceder à reparação das avarias mais graves.

Exploração de Centrais Hidroelétricas

Emissão de energia hídrica (GWh)

2024	2023	2022	2021	2020	Var.% 2024/23
32,5	30,8	34,6	34,8	30,2	5,5%



No que diz respeito à produção de energia hidroelétrica, esta ascendeu a 32,5 GWh, em 2024, correspondendo a um acréscimo de 5,5% relativamente à produção de 30,8 GWh registada no ano anterior.

A produção hidroelétrica na Ilha de São Miguel registou um aumento de 4,9% em relação ao ano anterior. Apesar de ter ocorrido uma avaria na Central Hídrica do Salto do Cabrito, que obrigou à reparação do alternador, e uma manutenção mecânica periódica prolongada na Central Hídrica da Foz da Ribeira, que coincidiu com uma indisponibilidade do seu próprio canal hídrico. Parece claro que condições precipitação mais suaves ao longo de todo o ano proporcionam um melhor aproveitamento do recurso hídrico, com menores necessidades de limpezas dos circuitos hídricos, o que, no ano em apreço, levou a um aumento da disponibilidade dos grupos hidroelétricos.

Indicadores de produção, por central, 2024

Ilha	Central Hídrica	Produção		Variação	
		2024	2023	2024/2023	
São Miguel	Salto do Cabrito	3 227	4 367	-1 140	-26%
	Tambores	427	426	1	0%
	Canário	2 426	2 481	-55	-2%
	Foz Ribeira Quente	3 785	4 778	-993	-21%
	Ribeira da Praia	4 440	4 335	105	2%
	Nova	208	236	-28	-12%
	Tuneis	10 508	7 236	3 272	45%
Terceira	Nasce D'Água	1 149	847	302	36%
	Cidade	299	217	82	38%
	S. João	817	475	342	72%
Faial	Varadouro	142	133	9	-
Flores	Ribeira Além Fazenda	5 106	5 310	-204	-4%
Total		32 534	30 843	1 691	5,5%

Na Ilha Terceira, o novo sistema de gestão e supervisão das três Centrais Hídricas em pleno funcionamento, ajudou a que se verificasse um aumento de 47,1% da produção em relação ao ano anterior. No primeiro semestre do ano, houve abundância de recurso hídrico, o que, associado a uma elevada disponibilidade dos equipamentos, permitiu uma produção superior a 2 GWh/ano.

Contribuiu também para a elevada disponibilidade dos grupos o correto planeamento das manutenções preventivas elétricas e mecânicas,

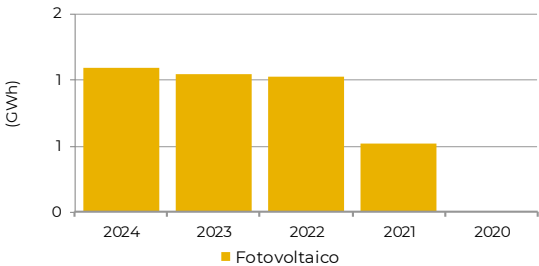
executadas nos períodos estivais, quando o recurso é normalmente muito limitado.

Na Ilha do Faial, a disponibilidade da central foi reduzida devido aos diversos trabalhos de fornecimento e montagem do novo sistema de gestão e supervisão da central. Assim, apesar de ter sido possível produzir praticamente apenas durante o último trimestre do ano, verificou-se que os investimentos realizados ao longo dos últimos anos seguem uma trajetória positiva, o que permitirá alcançar valores de produção do passado.

Na Ilha das Flores, a produção hidroelétrica da Central Hídrica de Além Fazenda situou-se nos 5,1 GWh, registando assim um ligeiro decréscimo de 3,9% em relação a 2023, em grande parte devido a um ano com menor precipitação global, traduzindo-se em menos recurso disponível, principalmente no período estival.

Exploração de Parques Fotovoltaicos

Emissão de energia fotovoltaica (GWh)					
2024	2023	2022	2021	2020	Var.% 2024/23
1,1	1,0	1,0	0,5	-	4%



Em 2024, a produção de energia elétrica a partir de recursos solares totalizou 1,1 GWh, decorrente da exploração do Parque Fotovoltaico do Aeroporto, na ilha de Santa Maria, e do Pão de Açúcar, na ilha do Corvo, com acréscimo de produção de 4,4%, relativamente ao ano anterior, diretamente relacionado com a disponibilidade de recurso solar.

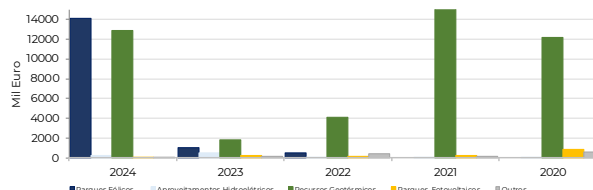
Indicadores de produção, por parque fotovoltaico				
Parque Fotovoltaico		2024	2023	Variação
Santa Maria	Aeroporto	1 007	958	5%
Corvo	Vila do Corvo	82	85	-3%
Total		1 089	1 044	4%

Indicadores de produção, por parque fotovoltaico			
Parque Fotovoltaico	2024		
	Potência (MW)	Horas Equivalentes	Fator de Carga
Aeroporto	0,6	1 678	19%
Vila do Corvo	0,1	1 099	13%
Total	0,7	1 614	18%

No Parque Fotovoltaico do Pão de Açúcar, na ilha do Corvo, a produção da fase A foi sendo controlada para não degradar a qualidade da energia da Ilha e a ser integrada com a produção térmica. Essa gestão do sistema de controle de potência, pelas salas de comando das centrais térmicas das ilhas do Corvo e das Flores, que leva em conta quer o potencial de produção, quer o consumo do sistema elétrico da ilha, quer as condicionantes de exploração relacionadas com a Central Térmica, traduziu-se numa produção registada de 82 MWh em 2024, no indicador de 1099 horas equivalentes, com um decréscimo em -3% relativamente ao ano anterior diretamente relacionada com a disponibilidade de recurso solar.

INVESTIMENTO

Investimento anual	(Mil Euro)				
	2024	2023	2022	2021	2020
Recursos Geotérmicos	12 836	1 842	4 087	19 644	12 124
Parques Eólicos	14 089	1 079	479	0	0
Aproveitamentos Hidroelétricos	247	495	108	18	35
Parques Fotovoltaicos	94	275	129	238	843
Outros	28	161	426	184	621
Total	27 293	3 852	20 083	13 622	13 622



O plano da EDA Renováveis integra a estratégia do Grupo EDA de otimização da penetração de energia renovável na Região. Os investimentos relativos a centros produtores, para o período 2025-2029, decorrem das necessidades de manutenção e expansão da capacidade produtiva instalada e são balizados pela possibilidade técnica de integração de energia na rede elétrica dos diversos sistemas.

O Plano, em execução, contempla um investimento global de 163 milhões de euros, realçando-se o valor de 80 milhões de euros destinados ao aproveitamento dos recursos geotérmicos e o montante de 46 milhões de euros destinados ao aproveitamento de recursos eólicos.

Realça-se a importância do PRR, cujo financiamento previsto para a EDA Renováveis resultará em 74 500 milhares de euros, tendo financiando à data 9 547 milhares de euros, distribuídos pelos projetos:

- C14-i03.01-RAA - Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade, com 8 374 milhares de euros
- C14-i03.02-RAA - Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo, com 1 173 milhares de euros.

Em 2024, o investimento realizado ascendeu a cerca de 27 293 milhares de euros, dos quais 12 836 milhares de euros foram aplicados no aproveitamento de Recursos Geotérmicos e 14 089 milhares de euros aplicados no aproveitamento de Recursos Eólicos.

Investimento Realizado, em 2024

(EUR)

Total	27 293 103	100%
Recursos Geotérmicos	12 835 553	47,0%
Central Geotérmica da Ribeira Grande	286 023	2,2%
Subst. encabeçamento poços CL 1, CL 3, CL 5 e CL 6	3 128	0,0%
Revitalização CGRG - 5 MW	282 896	2,2%
Central Geotérmica do Pico Vermelho	12 468 515	97,1%
Subst. encabeçamento poços PV 4 e PV 8	3 128	0,0%
Substituição na linha de injeção CGPV-PV5	74 296	0,6%
Subestação 60 kV CGPV	1 569	0,0%
Expansão CGPV - 12 MW	12 389 523	96,5%
Central Geotérmica do Pico Alto	81 014	0,6%
Poços Pico Alto (PA 5, 6, 7)	80 854	0,6%
Expansão CGPA (7 MW)	160	0,0%
Parques Eólicos	14 089 141	51,6%
Aerogeradores PE de Santa Maria - 2 700 kW (3*900)	3 543 176	25,1%
Aerogeradores de São Miguel - 4 600 kW (2*2 300)	150 760	1,1%
Aerogeradores da Terceira - 4 600 kW (3*2 300)	134 500	1,0%
Aerogeradores PE de São Jorge - 4 500 kW (5*900)	5 817 883	41,3%
Aerogeradores PE das Flores - 900 kW	1 383 734	9,8%
Aerogeradores PE do Corvo - 700 kW	2 908 326	20,6%
Ampliação PE São Miguel	150 760	1,1%
Aproveitamentos Hídricos	246 729	0,9%
Aproveitamento Hídricos da Ribeira do Guilherme	33 931	13,8%
Instalação de sistema piloto VORTEX	154 250	62,5%
Sistema Automático de Comando CH Varadouro	9 988	4,0%
Reabertura da Central Hídrica da Povoação	34 880	14,1%
Posto de Transformação da CH da Cidade	3 893	1,6%
Valvula de borboleta da Foz da Ribeira	9 788	4,0%
Parques Fotovoltaicos	93 824	0,3%
Parque Fotovoltaico de São Jorge	16 579	17,7%
Parque Fotovoltaico do Pico	36 383	38,8%
Parque Fotovoltaico do Faial	23 541	25,1%
Parque Fotovoltaico das Flores	17 322	18,5%
Aquisições Diretas	27 856	0,1%

ATIVOS EM OPERAÇÃO (CENTRAIS E PARQUE DE POÇOS GEOTÉRMICOS)

Em 2024 foram efetuadas duas empreitadas de beneficiação da proteção anticorrosiva dos equipamentos das Centrais e dos poços geotérmicos, de forma a proteger os materiais expostos às agressivas condições climatéricas e do ambiente ácido causado pela presença de vapor geotérmico (gases de origem vulcânica). Uma das empreitadas foi desenvolvida em São Miguel, envolvendo os encabeçamentos dos novos poços geotérmicos, a estrutura do parque de aerocondensadores e várias tubagens e equipamentos das Centrais Geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Vermelho, e uma segunda foi executada na Terceira, sobre vários equipamentos do circuito processual da Central Geotérmica do Pico Alto (tubagens, coletores), bem como sobre a estrutura do parque de aerocondensadores e o tanque de combate a incêndios.

Para 2024 estava programada a execução da substituição das válvulas de vários poços geotérmicos. Contudo, a dificuldade de manobrar várias válvulas recomendou a realização de uma inspeção prévia detalhada ao estado das válvulas mestre e das válvulas laterais de purga em vários poços no campo geotérmico da Ribeira Grande, com o objetivo de apurar a sua condição mecânica e melhor preparar o Caderno de Encargos para os serviços de substituição de válvulas com recurso ao equipamento “*valve change*”. Está em curso o fecho do Caderno de Encargos para a contratação dos serviços de substituição das válvulas em 2025.

PROJETOS DE EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA GEOTÉRMICA

As atividades de investimento com vista à expansão da capacidade de geração a partir dos aproveitamentos geotérmicos, encontram-se em curso, através do desenvolvimento dos seguintes projetos:

- Expansão da capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Vermelho, passando dos atuais 10 MW para 22 MW;
- Revitalização da Central Geotérmica da Ribeira Grande, através da substituição de 2 grupos geradores de 2,5 MW por um novo grupo gerador de 5 MW;
- Saturação da potência instalada na Central Geotérmica do Pico Alto, e, caso os novos poços revelem excedente de fluido geotérmico, expandir a potência da Central dos atuais 3,5 MW para 10 MW.

O plano de investimentos em energia geotérmica está a ser desenvolvido de forma faseada, dividido em duas grandes etapas. A primeira correspondeu ao reforço da captação de geofluido, nos campos geotérmicos da Ribeira Grande e do Pico Alto,

através da execução de novos poços, encontrando-se já concluída. A segunda etapa refere-se à contratação dos serviços e fornecimentos que visam a expansão ou revitalização da potência instalada nas Centrais Geotérmicas, e que se encontra em curso.

No âmbito da construção das Centrais Geotérmicas, tendo em consideração a dimensão e dificuldades logísticas associadas à localização remota dos Açores, bem como a estratégia de redução de despesa e maior controlo de sobre o prazo de execução, a EDA Renováveis tradicionalmente tem optado por dividir as obras em várias empreitadas. Para além do fornecimento do equipamento electroprodutor (grupo gerador e sistemas auxiliares), é também promovida, separadamente, a contratação das empreitadas de construção civil dos edifícios e dos arruamentos/acessos às infraestruturas, da subestação, do sistema hidráulico de injeção, e a contratação do fornecimento e instalação dos transformadores.

Estão em curso os vários contratos que integram os projetos de expansão e revitalização da potência geotérmica, apresentando-se abaixo o sumário das atividades realizadas em 2024 relativamente a cada um deles.

AMPLIAÇÃO DA CENTRAL GEOTÉRMICA DO PICO VERMELHO

A Expansão da Central Geotérmica do Pico Vermelho consiste na ampliação da potência líquida da Central, através da instalação de um novo grupo gerador de 12 MW e respetivos sistemas auxiliares, bem como a montagem das infraestruturas de separação e das condutas de transporte de fluido geotérmico dos novos poços PV12, PV13 e PV14 para a Central. Os novos poços foram concluídos em 2021 e os resultados dos subsequentes ensaios de produtividade confirmam a existência de energia primária para suportar a Expansão pretendida.

No âmbito deste projeto, foi efetuado o contrato de “Conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço da Ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho de 12 MW”, a 27 de agosto de 2024, pelo valor global de 43.955.126,29 €, a executar no prazo de 611 dias. No seguimento do visto pelo Tribunal de Contas, a empreitada foi consignada em 26 de outubro de 2024, estando a decorrer a fase inicial de engenharia de projeto, aprovação e aprovisionamento de equipamentos e materiais. Prevê-se o arranque das obras no terreno durante o 2.º trimestre de 2025.

De modo a garantir o adequado acompanhamento das obras referentes à Ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho, do ponto de vista do controlo da boa execução

dos trabalhos, no último trimestre de 2024 iniciou-se o concurso público para a prestação de serviços de Fiscalização nas especialidades da Engenharia Civil, da Engenharia Mecânica, da Engenharia Electrotécnica, da Higiene e Segurança no trabalho e da Gestão Ambiental. Estes serviços serão contratados durante o primeiro trimestre de 2025.

Inserida no âmbito da Ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho, foi contratada a empreitada de “Movimentos de Terras, Saneamento de Solos, e Contenções Periféricas”, a qual tem como objeto a preparação do terreno, através da execução de três plataformas, de configuração retangular, com capacidade de carga adequada para a instalação do novo grupo gerador de 12 MW e seus sistemas auxiliares e das restantes infraestruturas da Central, designadamente, o Edifício Técnico, o Edifício Logístico, o reservatório de água de combate a incêndios, a bacia de armazenamento temporário de fluido geotérmico, a Subestação de 60 kV e os respetivos arruamentos internos. A empreitada foi adjudicada pelo valor global de 1.098.000,01 €, a executar no prazo de 7 meses, tendo o contrato sido celebrado em 23 de outubro de 2024, e a consignação da obra ocorrido no mesmo dia. Estão em curso os trabalhos de construção civil, prevendo-se a sua conclusão dentro do prazo contratado. Para apoio ao acompanhamento da obra, contrataram-se os serviços de fiscalização, em seguimento de consulta ao mercado, incluindo as áreas da Construção Civil e da Higiene e Segurança no Trabalho.

Também no âmbito da Ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho, em agosto de 2024 foi concluído o projeto de engenharia para o Sistema Hidráulico de Injeção da Central Geotérmica da Ribeira Grande, que necessita ser beneficiado, substituindo o troço entre a Central e o PV5, atualmente em DN300 para DN500, tendo em vista acomodar o aumento de caudal, que duplicará, face à Expansão da Central. Neste seguimento, promoveu-se a consulta para a contratação da empreitada de “Construção, Fornecimento, Execução e Ensaios do Sistema Hidráulico de Injeção da Central Geotérmica do Pico Vermelho”, através de convite a 4 empresas.

Contudo, findo o prazo, foram recebidas duas propostas que não vieram constituídas de alguns dos documentos exigidos na Carta Convite e ambas excederam o preço base (2.252.000,00 Euros), o que determinou a exclusão das duas propostas e consequentes decisões de não adjudicação e de revogação da decisão de contratar. Entretanto, como permanecem atuais os motivos que determinaram a abertura do procedimento de consulta anterior, e que deste resultou que o preço base ali fixado se encontrava abaixo dos valores obtidos no mercado, e atendendo à necessidade de cumprimento do cronograma do financiamento do PRR, foi desenvolvido um novo procedimento de

consulta ao mercado, com um preço base superior (3.290.000,00 Euros), estimando-se que a contratação seja efetuada até ao final do 1.º trimestre de 2025.

A Expansão da Central Geotérmica do Pico Vermelho integra também a construção da Subestação de 60 kV, com vista à integração da Central na rede elétrica da ilha de São Miguel. Esta obra é uma necessidade conjunta da EDA e da EDA Renováveis. No âmbito da Subestação, uma vez que os trabalhos têm uma componente significativa de construção civil, e face à atual escassez de mão-de-obra neste setor e ao elevado número de empreitadas em fase de lançamento e execução decorrentes do financiamento PRR, tendo em vista minimizar o risco de os principais fornecedores internacionais de equipamento eletromecânico não se sentirem motivados a apresentar-se a concurso, e atendendo à dificuldade de atrair concorrentes desta área de especialidade para projetos de pequena dimensão num região ultraperiférica como os Açores, optou-se por desenvolver separadamente os procedimentos para a contratação da empreitada de construção civil e para o fornecimento e montagem de equipamentos eletromecânicos, de forma a minimizar o risco de os concursos ficarem desertos.

Entretanto, atendendo que se estima que o somatório do valor global dos contratos exceda os 5 milhões de euros, para acautelar o risco de fracionamento de despesa, optou-se por realizar dois procedimentos, ambos a desenvolver em consórcio com a EDA, nomeadamente, o concurso público para a empreitada de construção civil do “Edifício Técnico, parque exterior e arruamentos”, o qual foi lançado em meados de dezembro de 2024, prevendo-se a sua contratação até ao final do 1.º trimestre de 2025, e o concurso público internacional para o fornecimento do equipamento eletromecânico, que se prevê desenvolver durante o 1.º quadrimestre de 2025.

No âmbito do licenciamento ambiental, em 28 de novembro de 2024 a Direção Regional do Ambiente e Ação Climática emitiu a Declaração de Conformidade do Projeto de Execução da Expansão da Central Geotérmica do Pico Vermelho e da Subestação de 60 kV. Também no âmbito deste projeto, em 28 de agosto de 2024 foi submetido o requerimento do título de utilização dos recursos hídricos necessário para o atravessamento da Ribeira do Teixeira pela ponte metálica que integra o projeto de execução do sistema hidráulico de injeção da Central Geotérmica do Pico Vermelho. Em 27 de janeiro de 2025 obteve-se o respetivo alvará.

REVITALIZAÇÃO DA CENTRAL GEOTÉRMICA DA RIBEIRA GRANDE

A Revitalização da Central Geotérmica da Ribeira Grande consiste na substituição de 2 grupos geradores de 1994 (2x2,5 MW) por um novo grupo gerador de 5 MW. O projeto incluiu a execução de 3 novos poços para reforço da captação de fluido geotérmico, seguida da instalação do equipamento electroprodutor e sistemas auxiliares. A execução dos poços foi concluída em 2021, e os ensaios de produtividade confirmaram a existência de energia primária suficiente para suportar a revitalização pretendida.

Está em curso a elaboração o Caderno de Encargos para o contrato de conceção-construção do novo grupo gerador de 5 MW e sistemas auxiliares, prevendo-se o lançamento do concurso público internacional durante o primeiro semestre de 2025. Este contrato incluirá também as infraestruturas de separação e condutas de transporte de fluido geotérmico que interligarão os poços CL8, CL9 e CL10 à Central. Em 2024 foi concluído o anteprojecto do sistema de transporte de fluido entre os poços CL8, CL9 e CL10 e a Central Geotérmica da Ribeira Grande.

Também para suportar a elaboração do Caderno de Encargos, em 2024 foi adjudicado um estudo de viabilidade técnica da revitalização pretendida, com o objetivo de garantir a adequada definição da extensão e limites de fornecimento do Caderno de Encargos da Revitalização, bem como garantir a adequada caracterização das especificações técnicas necessárias para a desativação dos grupos geradores #1 e #2 desta Central e sua substituição por um novo grupo gerador de 5 MW, mantendo, sempre que possível, os grupos geradores #3 e #4, em funcionamento. O relatório preliminar foi recebido em janeiro de 2025, encontrando-se em fase de avaliação técnica pela EDA Renováveis.

Em paralelo, para preparação das peças do procedimento de consulta da Empreitada de Desmontagem dos Grupos Geradores #1 e #2, tendo em vista abrir espaço para a chegada do novo grupo gerador, no final de 2024 foram contratados os serviços de um consultor para elaboração do procedimento de desmontagem do equipamento eletromecânico, do mapa de quantidades e da respetiva estimativa orçamental. Estima-se a contratação da empreitada de desmontagem dos grupos geradores #1 e #2 durante o 1.º quadrimestre de 2025.

Entretanto, tanto o estudo de caracterização, como o procedimento de desmontagem contratado, identificaram a necessidade de relocar o tanque de normal-pentano da Central atual antes de se proceder à desmontagem dos grupos #1 e #2, devido a questões de segurança que resultam da sua localização muito próxima destes grupos (riscos associados ao n-pentano, que se trata de um produto inflamável). A relocação deverá otimizar a ligação do tanque às infraestruturas existentes (circuito de pentano,

rede de água para combate a incêndios, sistema automático de deteção de incêndio), salvaguardando-se os acessos para as atividades correntes de manutenção da Central. No final de 2024 foram contratados os serviços para a elaboração do projeto de execução para a realocação do tanque de pentano, prevendo-se que as peças de projeto estejam disponíveis até meados de fevereiro de 2025, a tempo de serem incorporadas no Caderno de Encargos da empreitada de desmontagem dos grupos #1 e #2.

Também inserido na Revitalização da Central Geotérmica da Ribeira Grande, em 2024 foi concluído o projeto de execução do Acesso Sul à plataforma dos poços CL8, CL9 e CL10, e promoveu-se o procedimento de consulta para contratação desta empreitada. Esta é uma obra preparatória da Revitalização da Ribeira Grande, a qual será suportada pelo calor do fluido geotérmico produzido pelos poços CL8, CL9 e CL10. A Central e os poços estão em dois interflúvios separados pela Ribeira das Roças, implantada num vale encaixado, com margens de declive acentuado. A Central está na margem esquerda da ribeira, e os novos poços estão na margem direita, pelo que para interligar os poços à Central há necessidade de construir um acesso para apoiar a instalação das condutas de transporte de fluido geotérmico, incluindo uma ponte metálica sobre a Ribeira das Roças.

Em meados de dezembro de 2024 a empreitada foi adjudicada pelo valor global de 2.619.568,35 €, a executar no prazo de 1 ano. O contrato foi, entretanto, celebrado em 7 de janeiro de 2025, tendo a consignação da obra ocorrido na mesma data, estando em curso os trabalhos de construção civil. Para apoio ao acompanhamento da obra, contrataram-se os serviços de fiscalização, em seguimento de consulta ao mercado, incluindo as áreas da construção civil, da metalomecânica, da Higiene e Segurança no Trabalho e da Gestão Ambiental.

No que concerne ao licenciamento ambiental, em 2024 desenvolveu-se o procedimento de RECAPE do Acesso Sul aos poços CL8, CL9 e CL10, o qual foi submetido à apreciação da Autoridade Ambiental em 21 de outubro de 2024. O parecer favorável pela Comissão de Avaliação foi já dado a conhecer pela DRAAC em 22 de novembro de 2024, e a consulta pública terminou em 3 de dezembro de 2024, tendo a Conformidade Ambiental com a DIA sido declarada em 20 de janeiro de 2025. Também no âmbito do Acesso Sul à plataforma dos poços CL8, CL9 e CL10, em 30 de dezembro de 2024 obteve-se o alvará referente ao atravessamento da Ribeira das Roças pela ponte metálica que integra o projeto deste acesso.

EXPANSÃO DA CENTRAL GEOTÉRMICA DO PICO ALTO

A expansão da Central Geotérmica do Pico Alto consiste na instalação de um novo grupo gerador com a potência líquida de 7 MW, expandindo a potência atual de 3,5 MW para 10 MW, incluindo os sistemas auxiliares e a montagem das infraestruturas de separação e das condutas de transporte de fluido geotérmico dos novos poços para a Central.

Para o efeito, em 2021 foram executados os poços geotérmicos PA5, PA6 e PA7. Após recuperação térmica verificou-se que estes poços não eram artesianos, tendo sido necessário promover à consulta no mercado internacional de serviços de aluguer de bomba submersível de alta temperatura para assistir à elevação de fluido geotérmico até à superfície. Face à reduzida dimensão do projeto, apenas houve um concorrente interessado na execução do trabalho e a sua disponibilidade condicionou a execução dos ensaios, os quais só se conseguiram realizar no final de 2023.

Está em curso o estudo de viabilidade de integração da produção por bombagem proveniente dos novos poços no aproveitamento do recurso geotérmico para a produção de eletricidade, aguardando-se os respetivos resultados até ao final do primeiro trimestre de 2025. Esses resultados determinarão os subseqüentes investimentos.

Os riscos de não concretização deste investimento são atualmente elevados, atendendo, por um lado, ao risco do recurso geotérmico disponibilizado pelos novos poços poder vir a revelar-se insuficiente para suportar a ampliação de potência pretendida, e, por outro lado, dada a crise sismovulcânica no vulcão de Santa Bárbara, que em 2024 elevou o alerta científico de caracterização do estado de atividade sismovulcânica para V3 no Vulcão de Santa Bárbara e para V2 no Sistema Vulcânico Fissural do Rift Central da Terceira, junto do qual se situa a Central Geotérmica do Pico Alto.

CONSTRUÇÃO DE PARQUES FOTOVOLTAICOS

Durante o ano de 2024 foram continuados os trabalhos necessários para os processos de licenciamento, projetos de execução e documentos para os cadernos de encargos dos investimentos constantes no Plano da empresa.

Sobre as localizações selecionadas continuou-se a recolha de dados de irradiação, prepararam-se os trabalhos de prospeção geológica e geotécnica necessárias ao concurso, bem como os trabalhos de medição das resistividades para dimensionamento das redes de terras.

AMPLIAÇÃO - FASE B - DO PARQUE FOTOVOLTAICO DA ILHA DO CORVO

A ampliação, fase B, do parque fotovoltaico do Pão de Açúcar, na ilha do Corvo, que visou duplicar a potência fotovoltaica já instalada de 75 kW para totalizar 150 kW, tirando partido das capacidades de regulação e estabilização da rede elétrica, quer em termos de tensão, quer em termos de frequência, do sistema de armazenamento de energia por baterias a instalar na ilha do Corvo foi concretizado, tendo a fase B do parque iniciado a sua produção em dezembro de 2024.

AMPLIAÇÕES DOS PARQUES EÓLICOS INSCRITOS EM PLANO DE INVESTIMENTO

No decurso do ano de 2024, foram desenvolvidos os processos de consulta para a execução dos projetos de construção civil, bem como se procedeu ao lançamento do concurso público internacional para fornecimento de nove aerogeradores, da classe de potência de 850 kW a 1000 kW, para instalação nos parques eólicos das ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores.

A adjudicação, ao único concorrente ao concurso para o fornecimento e montagem dos aerogeradores, ocorreu em outubro, tendo o visto prévio ao contrato, submetido ao Tribunal de Contas, sido recebido a 31 de janeiro de 2024.

Durante o ano de 2024 foram consignados os trabalhos de construção civil, separadamente para cada uma das ilhas, nomeadamente, Santa Maria, São Jorge e Flores.

Deu-se continuidade ao trabalho iniciado em 2023 dos processos de licenciamento ambiental e elétrico, bem como o desenvolvimento dos cadernos de encargos com vista ao lançamento dos concursos públicos internacionais para fornecimento de aerogeradores, de classe de potência de 2000 kW e de 3000 kW, para instalação nos parques eólicos das ilhas de São Miguel, Terceira, Pico e Faial.

CONSTRUÇÃO DO PARQUE EÓLICO DA ILHA DO CORVO

Relativamente à construção do Parque Eólico do Cerrado das Vacas, na Ilha do Corvo, foram instalados os sete aerogeradores de 100 kW de potência unitária com respetivos postos de transformação bem como o Posto de Seccionamento que servirá de interligação à rede de elétrica pública. Os trabalhos foram concluídos em dezembro de 2024.

Este projeto do Parque Eólico do Cerrado das Vacas, e a instalação do Parque Fotovoltaico do Pão de Açúcar, com 150 kW, na ilha do Corvo, são apoiados com verbas do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência para a medida “Corvo Renovável”, e inclui também a instalação de um sistema de resposta rápida por armazenamento em baterias, a cargo da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

INVESTIMENTOS REALIZADOS – CENTRAIS HÍDRICAS

Concluiu-se, em 2022, o estudo de viabilidade de um aproveitamento hidroelétrico piloto de microprodução de energia através de um sistema Vortex na ilha de São Miguel, com o intuito de suprimir os gastos energéticos em serviços auxiliares da Central Hídrica dos Túneis, aproveitando o potencial energético presente na restituição da água após ser turbinada. Durante 2023, foram adquiridas duas turbinas de 30 kW do tipo Vortex. No segundo semestre de 2024, realizaram-se os trabalhos de construção civil, instalação das turbinas e do sistema de comando e controlo, e foram concluídos os ensaios. O sistema Vortex tornou-se operacional em dezembro de 2024, estando desde então em funcionamento, sendo expectável uma produção/poupança energética anual superior a 150 MWh.

Na Ilha Terceira, seguindo o exemplo da instalação de painéis fotovoltaicos na estrutura do teto plano da Central Hídrica de São João de Deus, com o intuito de reduzir os consumos energéticos da instalação durante o período estival, quando o recurso hídrico tem menor abundância, foram instalados sistemas de painéis fotovoltaicos na Central Hídrica da Nasce Água e na Central Hídrica da Cidade, com uma potência instalada de cerca de 24 kWp em cada uma.

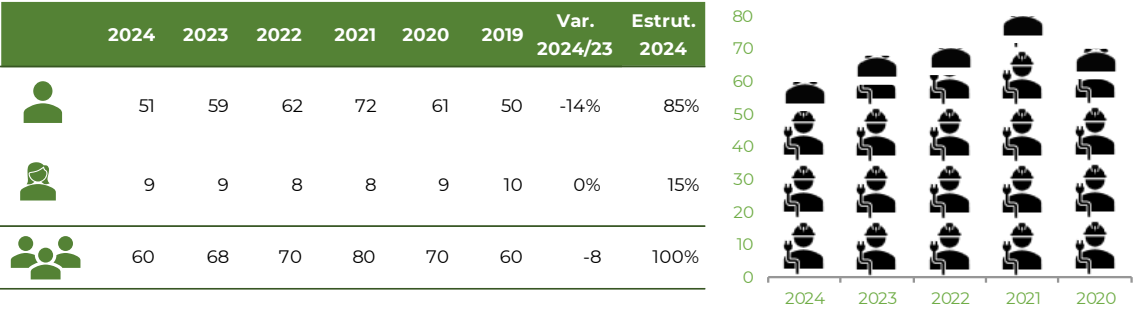
A bacia hidrográfica da Ribeira do Guilherme, no concelho de Nordeste, na Ilha de São Miguel, é uma das principais bacias hidrográficas da ilha, com 8,9 km² e um volume e caudal de água anuais contínuos e consideráveis. Durante os últimos anos, realizaram-se diversas análises às potencialidades do local em termos hidroelétricos, tendo-se entre 2023 e 2024 realizado um Estudo de Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira do Guilherme, com o intuito de validar a viabilidade técnica e económica de um novo projeto com capacidade para instalar um grupo gerador hídrico com uma potência de 0,96 MW e uma estimativa de produção média anual de 4,4 GWh.

Na Central Hídrica do Varadouro, na Ilha do Faial, foi concretizada, durante 2024, a substituição total do sistema de gestão e controlo do grupo hidroelétrico. Este investimento permitiu recuperar a total operacionalidade do centro produtor com

gestão remota. A reabilitação do conjunto do sistema de exploração e controlo do grupo hidroelétrico incluiu, já anteriormente, a beneficiação de um novo regulador de velocidade, um novo sistema de sincronização, uma nova sonda de nível e um novo sistema hidráulico de controlo de posição do injetor e defletor da turbina.

DOMÍNIO SOCIAL

Número de Trabalhadores, por género



Em 31 de dezembro de 2024, a EDA Renováveis tinha ao seu serviço 60 trabalhadores, menos 13% do que o verificado no ano anterior. Este total inclui 5 trabalhadores com vínculo contratual com a EDA, que trabalham na EDA Renováveis.

Número de Trabalhadores, por faixa etária

anos	2024	2023	2022	2021	2020	2019	Estrut. 2024
< 30	9	13	21	27	23	18	19%
30-50	39	42	37	41	34	29	62%
> 50	12	13	12	12	13	13	19%
Total	60	68	70	80	70	60	100%

Do número total de trabalhadores, 85% são do género masculino. Verifica-se a predominância deste género ao longo dos anos, circunstância relacionada essencialmente com o exercício das funções profissionais, pois não se encontra nenhum elemento feminino nas atividades de operador de central ou técnico de manutenção nos serviços, não obstante a coordenação do serviço de operação das centrais geotérmicas em São Miguel e do serviço de manutenção da central geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira, serem assegurados por técnicos superiores do género feminino. Acresce ainda referir que o Departamento de Exploração de Recursos Geotérmicos é coordenado por um trabalhador do género feminino.

A maioria dos trabalhadores concentra-se na faixa etária entre os 30 e 50 anos.

**Número de
Trabalhadores, por
Grupo Funcional**

Orgão de Gestão	2	0	2
Chefias	6	3	9
Quadros Superiores	7	4	11
Administrativo	0	2	2
Operacional	36	0	36
Total	51	9	60

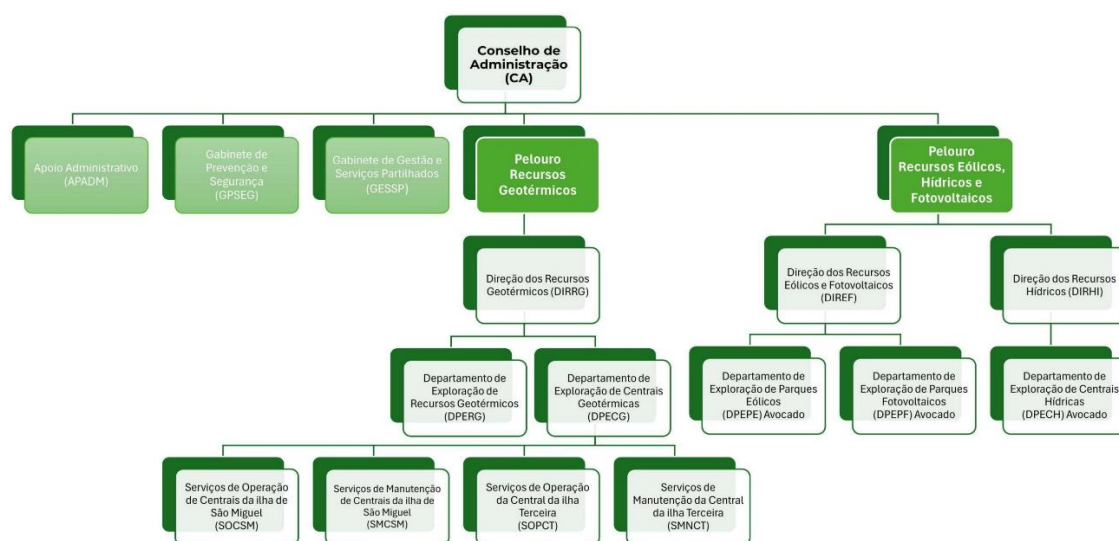
No final do ano, o Grupo Funcional “Operacional” representava 60% do total de trabalhadores. Os quadros superiores representavam 37% dos colaboradores. Nesta função enquadram-se as competências ao nível da engenharia (mecânica e eletrotécnica), do ambiente e de energias renováveis, da geologia e da

gestão da empresa. Os restantes 3%, agregavam os trabalhadores alocados a funções administrativas.

No final de 2024, a organização da empresa assentava numa estrutura baseada na gestão verticalizada dos processos, atendendo às necessidades decorrentes da dispersão geográfica, com expressão ao nível de serviço, no caso da gestão das centrais geotérmicas.

O Conselho de Administração, nos termos do previsto no artigo 407.º do código das sociedades comerciais, e da alínea o) do artigo 15.º e artigo 17.º dos estatutos da empresa, deliberou a 1 de julho de 2024 proceder à alocação do acompanhamento das seguintes áreas funcionais e de serviço aos seguintes administradores:

- Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda - Gabinete de Gestão;
- David Luís Ramalhinho Estrela - Direção de Recursos Hídricos e Direção de Recursos Eólicos e Fotovoltaicos;
- António Félix Flores Rodrigues - Direção de Recursos Geotérmicos;



Para além das Direções, identificam-se oito chefias, de carácter operacional, das quais três são exercidas por responsáveis do género feminino, como é o caso do Departamento de Exploração de Recursos Geotérmicos, do Serviço de Operação de Centrais Geotérmicas de São Miguel e do Serviço de Manutenção da Central Geotérmica da Terceira.

A empresa dispõe de um acordo de empresa que sistematiza matérias de organização do trabalho e de gestão de recursos humanos, nomeadamente no que se refere a direitos e obrigações dos trabalhadores, regras de funcionamento, carreiras e remunerações, formação profissional, segurança e saúde no trabalho e benefícios sociais.

A empresa proporciona aos seus trabalhadores um seguro de saúde e um Fundo de Pensões, para complemento da reforma atribuída pela segurança social do Estado português.

**Capacitação, bem-estar;
Partilha de valor;
Partilha do conhecimento;
Boas práticas de integração**

A formação profissional é um instrumento privilegiado para que, de forma continuada e crescente, se assegure o desenvolvimento do capital humano. Em 2024, ocorreram um total de 247 participações em ações de formação, num total de 1 326 horas, com no mínimo, uma ação de formação, relativamente a áreas de segurança no trabalho, a matérias técnicas de diversas especialidades e administrativas.

A segurança e saúde no trabalho são valores basilares da gestão. A EDA Renováveis, no desenvolvimento da sua atividade, tem procurado criar um ambiente de trabalho que favoreça o bem-estar e proporcione condições adequadas de segurança e saúde.

Nos termos previstos na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que veio regulamentar o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho, os serviços de segurança e saúde da empresa são assegurados pela EDA, enquanto entidade detentora da EDA Renováveis, na modalidade de serviço interno.

Verificou-se um acidente de trabalho com baixa de 6 dias. No decorrer de 2024, além desses 6 dias, registaram-se mais 161 dias de ausência devido a um acidente de trabalho ocorrido em 2023. Constatou-se, assim, uma diminuição de 8 acidentes de trabalho com baixa, passando a 1 acidente com baixa e 2 acidentes sem baixa, sendo que não ocorreram mais acidentes de trabalho sem baixa.

Por sua vez, os Índices de Sinistralidade, calculados em função das lesões profissionais, não mortais e mortais (sem qualquer registo no caso das mortes), devido a acidentes de trabalho que originaram uma ausência ao trabalho de, pelo menos, um dia (excluindo o dia do acidente), apresentam, no que se refere à Gravidade, uma evolução positiva, com uma diminuição de cerca de 41,3%, em virtude da redução no número de dias perdidos por baixas relacionadas com acidentes de trabalho. Igualmente, houve uma diminuição de 87,3% nos índices de Frequência e Incidência, face aos valores registados no ano anterior.

Índices de Sinistralidade

	2024	2023	2022	2021	2020	Var. 2024/23
Frequência (Tf)	9,7	76,2	23,2	22,2	17,9	-87,3%
Incidência (Ti)	14,9	117,6	36,6	36,6	28,6	-87,3%
Gravidade (Tg)	1621,0	2762,0	960,0	2225,0	134,0	-41,3%

DOMÍNIO AMBIENTAL

A atividade da EDA Renováveis pode originar pequenos impactes no ambiente e na biodiversidade, razão pela qual a empresa assegura um conjunto de medidas de proteção ambiental, mantendo, de forma sistemática, um amplo programa de monitorização e de implementação de medidas de minimização e de compensação, incluindo ações de dinamização e restauro ecológico, sempre que ocorrem eventuais impactes.

Os poços geotérmicos estão localizados em zonas de desgaseificação caracterizadas pelo elevado fluxo de CO₂ através do solo. De facto, os gases libertados nas Centrais Geotérmicas são os mesmos que ocorrem de forma natural nas manifestações geotérmicas de superfície, incluindo através da desgaseificação difusa através dos solos, fumarolas e nascentes termais e gasocarbónicas. O gás mais abundante é o CO₂, que geralmente ocorre em concentrações entre 97% e 99%, seguido de frações menores de ácido sulfídrico (1% a 2%) e frações vestigiais de outros gases tais como o hidrogénio, hélio, metano e argon (os quais no seu conjunto perfazem <1%).

Em 2024, e tendo por base a emissão média de 226 gCO₂/kWh, a produção geotérmica originou a libertação de 40.132,5 toneladas de CO₂ para a atmosfera, o que corresponde a 1/3 do fator de emissão médio das Centrais Térmicas nas ilhas de São Miguel e Terceira. Contudo, para a mesma quantidade de eletricidade, estas emissões são muito inferiores às da alternativa fóssil, pelo que os aproveitamentos geotérmicos na Ribeira Grande e no Pico Alto contribuem de forma muito significativa para a descarbonização dos sistemas electroprodutores das ilhas de São Miguel e Terceira, respetivamente. De facto, em 2024, as centrais geotérmicas garantiram uma produção total de 177,6 GWh, o que permitiu evitar a libertação de 79.802 toneladas de CO₂ que, de outra forma, resultariam do consumo de combustíveis fósseis nas Centrais Térmicas. Continua-se a investigar se as emissões de dióxido de carbono associadas à produção geotérmica não seriam emitidas naturalmente, de forma difusa, através dos solos desses campos geotérmicos caso não ocorresse exploração geotérmica.

Durante o ano de 2024, a EDA Renováveis manteve um forte investimento na implementação de programas de acompanhamento ambiental das várias fases dos projetos geotérmicos da Ribeira Grande e do Pico Alto.

No campo geotérmico da Ribeira Grande, o programa de monitorização ambiental abrangeu as atividades correntes de acompanhamento da fase de exploração do recurso, incluindo a sismovulcânica (envolvendo as componentes da geodesia, da

geoquímica e da geofísica), os recursos hídricos e a qualidade do ar, através da estimativa das emissões de gases não condensáveis para a atmosfera nas Centrais do Pico Vermelho e da Ribeira Grande. Para além destas, também a execução dos ensaios de produção dos novos poços foi acompanhada da implementação de atividades adicionais de monitorização, incluindo os recursos hídricos, com execução de múltiplas campanhas de amostragem segundo a frequência e parâmetros físico-químicos estabelecidos no RECAPE do Projeto, assim como o controlo topográfico da estabilidade de taludes na envolvente da plataforma de perfuração dos poços CL8, CL9 e CL10.

Na Ribeira Grande foi ainda continuada a monitorização sismovulcânica do campo de desgaseificação das Caldeiras da Ribeira Grande, nas vertentes da geoquímica, geodesia, e da geofísica, bem a monitorização e vigilância da qualidade do ar no interior dos edifícios do Lugar das Caldeiras.

No campo geotérmico do Pico Alto, os programas de monitorização ambiental implementados em 2024 incluíram a sismovulcânica (geoquímica, geofísica e geodésica), os recursos hídricos, a ecologia, os solos, ambiente acústico e a qualidade do ar, com o objetivo de acompanhar a fase de exploração da Central Geotérmica do Pico Alto.

A EDA Renováveis, ao nível de manutenção e exploração de centrais míni hídricas, na sua política ambiental implementada, tem como principais objetivos proteger e reduzir a perda de biodiversidade existente nos ecossistemas nos quais estão inseridos os seus sistemas electroprodutores. Desta forma, a EDA Renováveis decidiu, desde 2012, abraçar o Projeto de Recuperação da População de Enguia Europeia, na Ribeira Quente, que tem como missão a captura e realocação de enguias juvenis, designadas por meixão, que se encontram em processo de migração, evitando a sobrecarga de esforço necessária para ultrapassar as barreiras artificiais e os circuitos hidráulicos das quatro Centrais Hídricas instaladas nesta linha de água, tendo realocado até ao presente um total de 7134 espécimenes.

Em 2024 foram publicados dois artigos científicos sobre a flora líquénica presente alguns equipamentos hidroelétricos do Faial, São Miguel e Terceira e nos parques eólico e fotovoltaico da ilha do Corvo. No estudo na ilha do Corvo foram encontrados 68 novos registros de espécies de líquenes, representando uma adição de duas classes, oito ordens, 18 famílias e 43 géneros. O levantamento liquenológico abrangente realizado nas ilhas do Faial, São Miguel e Terceira, resultou na documentação de 155 espécies de líquenes e fungos liquenícolas, com um total de 406 observações. Dentre essas, 33 espécies são registadas pela primeira vez no arquipélago, sendo que quatro

representam novos registos para a Europa (*Lecanora subimmersa*, *Lecanora thysanota*, *Pseudosagedia cestrensis* e *Traponora asterella*). Além disso, 15 espécies e variedades são novas para Portugal, incluindo táxons notáveis como *Caloplaca interna*, *Lecanora gisleriana*, *Lecanora handelii*, *Variospora dolomiticola* e *Xanthocarpia diffusa*.

A nível da educação para a energia ou educação ambiental, foram realizadas durante o ano várias visitas de estudo a centros de produção hidroelétrica, eólica e fotovoltaica dos Açores por alunos de diversas instituições de ensino, desde o básico ao universitário.

A EDA Renováveis, ao nível de manutenção e exploração dos parques eólicos e fotovoltaicos na sua política ambiental, tem implementadas todas as medidas que obrigam ao cumprimento da legislação em vigor bem como na apresentação de documentos produzidos durante o processo de exploração das infraestruturas.

No domínio da educação ambiental a EDA Renováveis participou no 3.º Encontro das Associações Insulares Atlânticas de Engenheiros, no painel subordinado ao tema “Energia em Sistemas Elétricos Isolados”, onde foram debatidas várias temáticas relacionadas com as diferentes realidades das Regiões participantes, num momento de partilha de conhecimentos e divulgação das próprias regiões (Açores, Madeira, Canarias).

Destaca-se ainda o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido de manutenção dos circuitos e trilhos pedestres junto das centrais hidroelétricas, permitindo o acesso a esses locais de forma segura e promovendo também o património cultural. Por sua vez, as Centrais Geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Alto possuem percursos circundantes com painéis explicativos, quer da produção geotérmica, quer da biodiversidade dos locais, o que proporciona o contacto com a população local, turistas e alunos de diferentes graus de ensino. Em 2024, o projeto geotérmico na ilha de São Miguel registou 61 visitas e um total de 1.627 de visitantes. Na ilha Terceira, a Central Geotérmica do Pico Alto recebeu 18 visitas, num total de 242 visitantes.

Ao longo do ano, foram realizadas duas conferências sobre energias renováveis nos Açores e seus desafios, em escolas Básicas e Secundárias, e eventos de natureza técnico/científicos.

EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO

	2024	2023	Variação (2024-2023)	EUR
Vendas e serviços prestados	29 359 240	29 216 109	143 131	0%
Geotérmica	19 957 464	19 700 630	256 834	1%
Eólica	5 622 543	6 007 312	(384 769)	-6%
Hídrica	3 656 782	3 306 483	350 299	11%
Fotovoltaica	122 451	111 876	10 575	9%
Subsídios à Exploração	0	46 933	(46 933)	-
Trabalhos para a Própria Entidade	1 575 910	735 047	840 863	114%
Outros Rendimentos e Ganhos	2 041 093	3 601 774	(1 560 681)	-43%
Rendimentos Operacionais	32 976 243	33 613 582	(637 339)	-2%
Custo das Mercadorias Vendidas Mat. Consumidas	322 004	436 462	(114 458)	-26%
Fornecimentos e Serviços Externos	6 316 296	4 611 634	1 704 662	37%
Gastos com o Pessoal	2 619 095	2 446 135	172 960	7%
Gastos/reversões de Depreciação e Amortizações	7 808 482	7 879 954	(71 472)	-1%
Imparidades de investimentos	1 495 963	0	1 495 963	-
Outros Gastos e Perdas	2 873 001	2 879 757	(6 756)	0%
Gastos Operacionais	21 434 841	18 253 942	3 180 898	17%
Resultado Operacional (EBIT)	11 541 402	15 359 640	(3 818 238)	-25%
Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento (EBITDA)	20 845 847	23 239 594	(2 393 747)	-10%
Resultados Financeiros	2 087 825	1 326 305	761 520	57%
Resultado Antes de Impostos	13 629 227	16 685 945	(3 056 717)	-18%
Imposto sobre o Rendimento do Período	2 856 375	3 103 954	(247 579)	-8%
Resultado Líquido do Período	10 772 853	13 581 991	(2 809 138)	-21%

Análise dos Proveitos e Custos Operacionais

No exercício de 2024, a EDA Renováveis regista um Resultado líquido positivo de 10 773 milhares de euros, 21% inferior ao valor obtido no ano de 2023.

Os Proveitos Operacionais ascendem a 32 976 milhares de euros, evidenciando um decréscimo de 2%, face ao valor registado em 2023.

Em 2024, o Resultado Líquido da EDA Renováveis atingiu os 10 773 milhares de euros.

	2024	2023	Varição 2024/2023	EUR
Vendas de Electricidade	29 359 240	29 126 301	232 939	1%
Geotérmica	19 957 464	19 700 630	256 834	1%
Eólica	5 622 543	6 007 312	(384 769)	-6%
Hídrica	3 656 782	3 306 483	350 299	11%
Fotovoltaica	122 451	111 876	10 575	9%
Prestação de Serviços	0	89 808	-89 808	-100%
Volume de Negócios	29 359 240	29 216 109	143 131	0,5%

O **Volume de Negócios**, em 2024, totalizou 29 359 milhares de euros, superior em 143 milhares de euros face ao ocorrido no ano anterior.

Relativamente ao previsto, para o ano de 2024, verifica-se um desvio de 3,5%, sendo que as vendas de energia de origem geotérmica

registam um desvio positivo de 11,5%, as vendas relativas a energia de origem hídrica um desvio positivo de 8,7%, as vendas de energia de origem fotovoltaica registam um desvio positivo de 3,5% e as resultantes da energia eólica um desvio negativo de 18,4%.

Os **Trabalhos para a própria empresa**, no montante de 1 576 milhares de euros, registam um valor significativamente superior ao verificado no ano anterior (+ 841 milhares de euros) em resultado do reconhecimento de gastos com o investimento em curso ao nível dos recursos geotérmicos e de outras ações de investimento e, embora com menor intensidade, também com o investimento nos parques fotovoltaicos. Do total, 1 303 milhares de euros são relativos a Gastos com Pessoal e 272 milhares de euros a Fornecimentos e Serviços Externos, quando no ano anterior se verificou um gasto de 392 milhares de euros e 343 milhares de euros, respetivamente.

A rubrica **Outros rendimentos e ganhos**, no valor de 2 041 milhares de euros, está relacionada fundamentalmente com subsídios ao investimento no montante de 1 074 milhares de euros e com o registo de compensações de deslastes efetuados ao parque eólico da Serra do Cume de 216 milhares de euros.

As compensações referem-se a deslastes do Parque Eólico da Serra do Cume e resultam da aplicação do Despacho Normativo N.º 65/2011, de 17 de agosto, da Secretaria Regional do Ambiente e Energia, que estabelece as regras a observar pela Concessionária do Transporte e Distribuição de Eletricidade da Região Autónoma dos Açores na deslustragem dos centros electroprodutores não vinculados ao serviço público, atendendo à prioridade estabelecida na colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

Do total das compensações, no valor de 216 milhares de euros, 85 milhares de euros estão refletidos em gastos, atendendo a que respeitam a deslastes provocados pelo “estatuto de interruptibilidade” da central geotérmica do Pico Alto, cujas condições técnicas de exploração não recomendam o seu deslastre, o que origina a saída dos parques eólicos,

no caso, o Parque Eólico da Serra do Cume, que é compensado pelo valor da perda respetiva. Os remanescentes 132 milhares de euros são compensações recebidas da TERAMB, empresa municipal de gestão de resíduos, relativas a deslumbres do Parque Eólico da Serra do Cume decorrente igualmente das condições técnicas de interruptibilidade da central de valorização energética de resíduos.

O **Custo das matérias consumidas**, no valor de 322 milhares de euros, regista um decréscimo de 26% e está essencialmente associado à utilização de pentano nas centrais geotérmicas e de inibidores de precipitação de calcite nos poços geotérmicos.

Os **Fornecimentos e serviços externos** ascenderam a 6 316 milhares de euros, apresentando um aumento de 37%, face ao valor registado em 2023. Do valor total desta rubrica, 1 303 milhares de euros estão relacionados com os trabalhos para a própria empresa.

Os **Gastos com o pessoal**, que representam cerca de 13% dos Gastos Operacionais, ascenderam em 2024 a 2 619 milhares de euros, 7% acima do valor registado no ano anterior.

Os **Outros gastos e perdas**, no valor de 2 873 milhares de euros, mantiveram-se em linha com o valor registado em 2023. Esta rubrica inclui essencialmente as compensações previstas nos contratos de concessão da exploração económica dos recursos geotérmicos situados no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, em São Miguel, e no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, de 12,5% a aplicar ao valor das vendas de energia do ano, que totalizaram 2 495 milhares de euros.

As compensações devidas por deslumbres provocados pelo “estatuto de interruptibilidade” da Central Geotérmica do Pico Alto ascendeu a 167 milhares de euros e referem-se a deslumbres efetuados ao Parque Eólico da Serra do Cume, da própria empresa, no valor de 85 milhares de euros, e ao Parque Eólico da CAEN, no valor de 82 milhares de euros.

Os **Resultados financeiros** registam um valor positivo de cerca de 2 088 milhares de euros. Deste valor, 2 157 milhares de euros respeitam a juros e rendimentos similares obtidos, relativos à aplicação de excedentes de tesouraria, na forma de empréstimo concedido em aberto, ao acionista EDA, que em 31 de dezembro de 2024 ascendia a 46 390 milhares de euros. Estes empréstimos são remunerados à taxa de juro média das emissões de Programas de Papel Comercial de Curto Prazo da EDA, no final do mês anterior ao da cedência ou, na ausência de emissões de Curto Prazo, à taxa da emissão do PPC de médio e longo prazo, também no final do mês imediatamente anterior ao da

emissão, com prazo mais próximo da data da cedência, o que determinou uma taxa média de 0,01%.

Os Juros e gastos similares, no total de 69 milhares de euros, referem-se aos juros suportados com empréstimos para financiamento da atividade da empresa, bem como a desmantelamentos de parques eólicos.

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	2024	2023	Variação 2024/2023		EUR Estr. 24
Ativos fixos tangíveis	93 535 108	75 544 309	17 990 799	24%	51%
Ativos intangíveis	425 483	427 798	(2 314)	-1%	0%
Clientes	0	0	0	-	0%
Outros investimentos financeiros	39 446	39 446	0	0%	0%
Ativos por impostos diferidos	6 391 523	6 414 648	(23 125)	0%	3%
Activo Não Corrente	100 391 561	82 426 201	17 965 360	22%	54%
Inventários	94 823	201 598	(106 775)	-53%	0%
Clientes	4 922 571	4 230 251	692 320	16%	3%
Estado e outros entes públicos	124 762	0	124 762	-	0%
Acionistas	46 390 000	61 140 000	(14 750 000)	-24%	25%
Outros créditos a receber	31 851 081	20 935 030	10 916 052	52%	17%
Diferimentos	314 041	197 546	116 495	59%	0%
Caixa e depósitos bancários	305 890	209 676	96 214	46%	0%
Activo Corrente	84 003 169	86 914 102	(2 910 932)	-3%	46%
Activo	184 394 730	169 340 303	15 054 427	9%	100%
Capital subscrito	23 799 970	23 799 970	0	0%	13%
Reservas legais	4 759 994	4 759 994	0	0%	3%
Outras reservas	14 016	14 016	0	0%	0%
Resultados transitados	85 730 147	78 939 151	6 790 996	9%	46%
Outras variações no capital próprio	39 373 929	29 647 001	9 726 928	33%	21%
Resultado líquido do período	10 772 853	13 581 992	(2 809 139)	-21%	6%
Capital Próprio	164 450 908	150 742 123	13 708 785	9%	89%
Provisões	2 853 966	3 236 024	(382 058)	-12%	2%
Financiamentos obtidos	0	0	0	-	0%
Outras dívidas a pagar	9 798 537	7 088 456	2 710 081	38%	5%
Passivo Não Corrente	12 652 503	10 324 480	2 328 023	23%	7%
Fornecedores	1 539 723	1 472 273	67 451	5%	1%
Estado e outros entes públicos	771 991	1 879 866	(1 107 875)	-59%	0%
Financiamentos obtidos	0	554 769	(554 769)	-100%	0%
Outras dívidas a pagar	4 979 605	4 366 792	612 813	14%	3%
Passivo Corrente	7 291 319	8 273 700	(982 380)	-12%	4%
Passivo	19 943 822	18 598 179	1 345 643	7%	11%
Capital Próprio e Passivo	184 394 730	169 340 303	15 054 427	9%	100%

O Ativo Total ascende a 184 402 milhares de euros. O Ativo não corrente corresponde a 54%. O Ativo corrente, no valor de 84 011 milhares de euros, integra a conta Acionistas, representando a mesma 25% do Ativo total.

O **Ativo não corrente**, correspondente a 54% do ativo total, ascende a 100 392 milhares de euros, superior em 22% face ao valor registado em 2023.

O **Ativo fixo tangível** ascende a 93 535 milhares de euros, mais 24% do que o valor verificado no ano anterior. Os Terrenos, Edifícios e Outras Construções e Equipamento Básico representam 29,6% deste agregado e os ativos em construção 70,4%.

O Ativo em curso regista um acréscimo de 26 495 milhares de euros, relativamente ao ano anterior. Em 2024, foi efetuado um investimento no valor de 27 115 milhares de euros, nomeadamente 12 755 milhares de euros no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, cujo ativo em curso ascende a 34 280 milhares de euros, 81 milhares de euros no Campo Geotérmico do Pico Alto, cujo ativo em curso ascende a 14 967 milhares de euros, 94 milhares de euros em estudos para a construção de Parques Fotovoltaicos nas ilhas de São Jorge, Pico e Faial e Flores, 13 938 milhares de euros na aquisição de novos aerogeradores para os Parques Eólicos das ilhas de Santa Maria, São Miguel, São Jorge, Terceira, Flores e Corvo e 229 milhares de euros em aproveitamentos hidroelétricos das ilhas de São Miguel, Terceira e Faial. Acresce ainda as aquisições de cerca de 18 milhares de euros (161 milhares de euros, em 2023), relativas a terrenos, equipamento básico e administrativo.

As Imparidades acumuladas, em 31 de dezembro de 2024, ascendem a 32 718 milhares de euros. Deste total, 23 307 milhares de euros referem-se ao Campo Geotérmico do Pico Alto, 6 250 milhares de euros ao Poço PA1, do mesmo campo geotérmico, 1 958 milhares de euros ao Poço Geotérmico RG5 da Ribeira Grande e 1 202 milhares de euros ao Poço Geotérmico de Cachaço-Lombadas, CL2.

O Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, após diversos estudos e pareceres, foi determinado como uma área de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica e, na sequência, realizado 40 967 milhares de euros de investimento em estudos, perfuração e instalação de poços geotérmicos, do qual parte foi financiado, a fundo perdido, pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e pelo European Economic Area Grants, no valor de 8 009 milhares de euros, em 2009.

Em 2011, o poço geotérmico PA1 foi tecnicamente definido como “abandonado”, pelo que os gastos incorridos com o mesmo, no montante de 6 249 milhares de euros, foram considerados irrecuperáveis e integralmente reconhecidos em 2011.

Em 2013, na sequência de nova avaliação da capacidade produtiva do Campo Geotérmico do Pico Alto, foi calculada a quantia recuperável do investimento e constituída uma imparidade de 17 907 milhares de euros, reforçada posteriormente, em 2017, em 3 905 milhares de euros. Deste modo, as imparidades acumuladas constituídas relativas ao Campo Geotérmico do Pico Alto totalizavam, no início do ano em análise, 21 811 milhares de euros.

Em setembro de 2017, entrou em exploração a Central Geotérmica do Pico Alto, com uma potência instalada de 3,5 MW, passível de expansão até 10 MW.

Anualmente os ativos deste campo geotérmico são sujeitos a testes de imparidade, tendo resultado no reconhecimento de uma perda de imparidade no montante de 1 496 milhares de euros. Contudo, encontram-se ainda associados a esta Central três novos poços geotérmicos, executados em 2021, cujos ensaios de avaliação de produtividade foram realizados em 2024, não existindo à data resultados dos mesmos, não estando assim reunidas as condições para se proceder a uma avaliação fiável deste projeto de expansão.

No Campo Geotérmico da Ribeira Grande, em São Miguel, registou-se, em 2013, uma imparidade de 1 202 milhares de euros relativa ao poço Geotérmico CL2. A imparidade correspondeu aos gastos de limpeza e reparação mecânica do poço, após ter sido detetada uma deformação no seu interior, condicionante da geração de geofluido e consequente viabilidade. O poço foi nestes termos desconsiderado do parque de poços de produção.

Ainda no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, foi, em 2016, constituída uma imparidade de 1 958 milhares de euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5, por ter sido reconhecida a sua inviabilidade económica.

Os **Ativos por impostos diferidos** ascendem a 6 392 milhares de euros e estão relacionados com a constituição de imparidades de ativos (Campo Geotérmico do Pico Alto e poço geotérmico RG5), provisão para desmantelamento dos Parques Eólicos, relativamente às depreciações de ativos fixos tangíveis e a imparidades de clientes.

No final do ano de 2024, o Ativo corrente correspondente a 46% do ativo total, ascendia a 84 003 milhares de euros, menos 2 910 milhares de euros do que o valor registado em 2023, em resultado, essencialmente, da diminuição do saldo da conta Acionista (cerca de 24%) face a 2023, devido a uma menor utilização de parte dos recursos financeiros aplicados no acionista. A concessão de empréstimos enquadra-se no âmbito da gestão financeira integrada do Grupo EDA, conforme previsto no artigo 4^a dos estatutos da

empresa mãe, relativamente à definição da estratégia, da coordenação da atividade e da gestão global das funções comuns, nomeadamente na área financeira, com vista à obtenção de sinergias de grupo.

O Passivo da EDA Renováveis totaliza 19 944 milhares de euros, mais 7% do que o valor verificado em 2023.

O Passivo em 31 de dezembro de 2024 ascendia a 19 944 milhares de euros.

Destaca-se, ao nível do Passivo, as rubricas de **Outras dívidas a pagar**, no valor de 14 778 milhares de euros, que representa 74% desse agregado. As responsabilidades respeitam

essencialmente aos subsídios ao investimento reconhecidos ao nível do Capital Próprio, no valor de 8 583 milhares de euros, à contrapartida financeira pela exploração de recursos geotérmicos, no valor de 2 495 milhares de euros, a ajustamentos por impostos a pagar no futuro, a garantias prestadas por fornecedores de imobilizado, no valor de 1 340 milhares de euros, e ainda a outros acréscimos de gastos, no valor de 2402 milhares de euros, relativos a pessoal e a terceiros.

A rubrica de **Provisões**, no valor de 2 854 milhares de euros, relativa ao desmantelamento dos parques eólicos, contempla a operação e a reposição do terreno nas condições iniciais.

Os Capitais Próprios da EDA Renováveis ascendem a 164 450 milhares de euros, mais 9% do que o valor verificado em 2023.

Os Capitais Próprios da empresa totalizam 164 450 milhares de euros, apresentando um acréscimo de 13 709 milhares de euros, decorrente do efeito conjugado do resultado do exercício, da aplicação do resultado do período anterior, da amortização dos subsídios não reembolsáveis ao investimento e distribuição de dividendos.

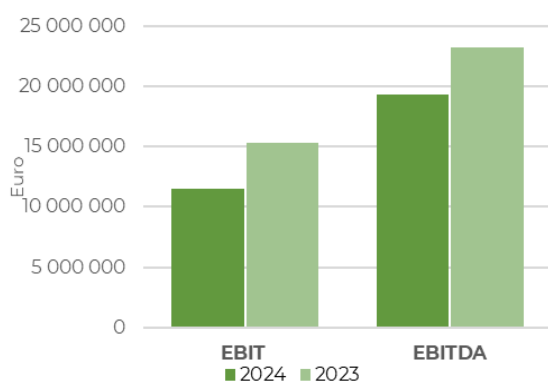
Em 2024, destaca-se o Resultado Líquido no valor de 10 773 milhares de euros, a distribuição de dividendos no valor de 6 791 milhares de euros e a amortização de subsídios ao investimento no valor de 1 074 milhares de euros.

RESULTADOS DO PERÍODO

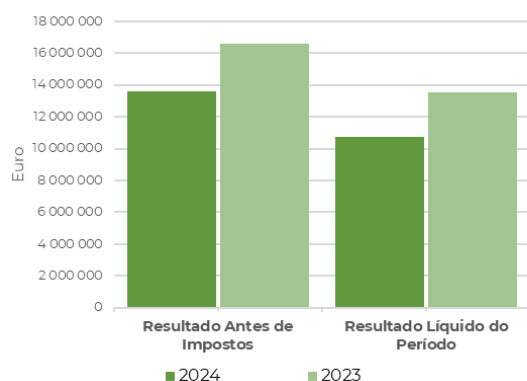
EUR

	2024	2023	Variação 2024/2023	
EBIT	11 541 402	15 359 640	(3 818 238)	-25%
EBITDA	20 845 847	23 239 594	(2 393 747)	-10%
Resultados Financeiros	2 087 825	1 326 305	761 520	57%
Resultado Antes de Impostos	13 629 227	16 685 945	(3 056 717)	-18%
Resultado Líquido do Período	10 772 853	13 581 991	(2 809 138)	-21%
Resultado por ação	2,26	2,85	(0,59)	-21%

Em 2024, o Resultado Operacional foi de 11 541 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 25%, face ao valor verificado em 2023, correspondente a 3 818 milhares de euros. Por seu turno, o EBITDA apresentou um decréscimo de 10%, situando-se nos 20 845 milhares de euros.



O Resultado Líquido do período ascendeu a 10 739 milhares de euros, menos 2 843 milhares de euros que em 2023, o que corresponde a uma diminuição de 21%. Tendo em conta esse rendimento e o número de ações, determina-se um resultado por ação de 2,26 euros, inferior em 0,60 euros por ação, quando comparado com o valor verificado em 2023.



O Imposto sobre o Rendimento do Período apresenta um montante de 2 856 milhares de euros, menos 248 milhares de euros do que em 2023.

Os principais indicadores financeiros, referentes ao período compreendido entre 2020 e 2024, apresentam a seguinte evolução, sendo de destacar os resultados obtidos e a solidez económica e financeira da empresa.

	2024	2023	2022	2021	2020	Variação	2024/2023
(Eur)							
Volume de negócios	29 359 240	29 216 109	26 738 733	26 000 211	28 370 191	143 131	0%
Preço Médio de Venda Energia Eléctrica €/MWh	111,24	107,20	102,00	101,10	101,00	4	4%
Gastos Operacionais** €/MWh	81,22	66,98	74,95	71,16	67,63	14	21%
EBITDA	20 845 847	23 178 942	17 602 708	18 428 784	20 143 146	(2 333 095)	-10%
EBIT	11 541 402	15 298 987	9 952 758	10 601 397	12 258 866	(3 757 585)	-25%
Resultado antes de impostos	13 629 227	16 625 292	9 996 374	10 590 580	12 289 205	(2 996 065)	-18%
Resultado líquido do período	10 772 853	13 521 339	8 528 841	7 922 852	9 951 164	(2 748 486)	-20%
VAB	22 769 097	24 968 092	19 821 396	20 388 863	21 933 075	(2 198 995)	-9%
Ativo líquido	184 394 730	169 340 303	158 498 686	129 609 085	130 520 948	15 054 427	9%
Investimento (ano)	27 293 103	3 852 383	5 228 968	13 621 703	2 887 295	23 440 721	608%
Capital próprio	164 450 908	150 742 123	140 952 762	115 306 375	113 000 122	13 708 785	9%
EBITDA/Custos operacionais (*)	225%	309%	193%	229%	255%	-84	
EBITDA/Gastos com pessoal (*)	796%	948%	664%	701%	933%	-152	
Prazo médio de pagamentos	72	91	90	83	65	-19	-20%
EBITDA/ Proveitos operacionais	63%	69%	60%	64%	65%	-0,06	
Resultado por ação	2,26	2,85	1,79	1,66	2,09	-0,59	-21%
Endividamento (Passivo/Ativo)	11%	11%	11%	11%	13%	0,00	
Gearing (Financiamentos/Financ.+Capital Proprio)	0,0%	0,4%	0,8%	1,7%	2,4%	0,00	
Autonomia Financeira (Capital próprio/Ativo total)	89%	89%	89%	89%	87%	0,00	
Solvabilidade (Capital próprio/ Passivo total)	825%	811%	803%	806%	645%	0,14	
Número de trabalhadores	60	70	70	80	60	-10	

PERSPETIVAS

Para o ano de 2025, a EDA Renováveis estima que a produção de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos seja de 225,5 GWh, sendo a produção a partir da fonte geotérmica responsável por 131,6 GWh, a produção de energia elétrica de origem hídrica de 31,4 GWh, de origem eólica de 61,4 GWh e de origem fotovoltaica de 1,0 GWh.

A EDA Renováveis, tendo em consideração os limites técnicos de integração da energia no sistema elétrico de cada uma das ilhas, procura otimizar o acréscimo de produção de energia elétrica através de fontes energéticas renováveis, aproveitando, sempre que possível, os recursos endógenos geotérmicos, eólicos, hídricos e fotovoltaicos.

No futuro próximo, face aos investimentos programados nos sistemas de reserva rápida do tipo BESS (baterias), a instalar nas ilhas de Santa Maria, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, a realizar pela EDA, concessionária do Transporte e Distribuição de Energia Elétrica, prevê-se uma maior capacidade de penetração de energias renováveis por substituição de parte da energia térmica de base, pelo que os investimentos em energias renováveis poderão permitir aumentar, a partir de 2025, a parcela correspondente à emissão com base em energias renováveis/recursos endógenos para cerca de 61,1%, no total dos Açores.

Para o período de 2025 a 2029 está previsto um investimento total de cerca de 150,6 milhões de euros. Destacam-se 69,0 milhões para a expansão e consolidação da exploração dos recursos geotérmicos, dos quais 24,2 milhões de euros para a Central da Ribeira Grande, 38,2 milhões de euros para a Central do Pico Vermelho, em São Miguel, e 6,2 milhões de euros a investir na Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira.

Assim, no período 2025-2029, no âmbito do aproveitamento dos recursos geotérmicos prevê-se a realização dos seguintes investimentos: a expansão da capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Vermelho de 10 para 22 MW; a revitalização da potência instalada na Central Geotérmica da Ribeira Grande, com a substituição de 2 grupos geradores antigos, de tecnologia obsoleta, por um novo grupo gerador 5 MW, e a eventual saturação da potência instalada na Central Geotérmica do Pico Alto.

Ao nível dos recursos eólicos, no período de 2025-2029, está prevista a substituição dos aerogeradores dos parques das ilhas de Santa Maria, São Jorge, Pico e Flores, e a ampliação dos parques das ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, com um reforço global da potência instalada de 9,4 MW e um investimento global de 45,9 milhões de Euros.

Ao nível dos recursos fotovoltaicos encontram-se em plano a instalação de parques nas ilhas de Santa Maria, num reforço de potência, São Miguel, São Jorge, Pico, Faial, Flores, com uma potência total a instalar de cerca de 8,95 MW e um investimento global de 18,4 milhões de Euros, no período de 2025 a 2029.

No âmbito dos recursos hídricos, está em curso, durante o ano de 2025, a elaboração do Projeto de Execução do Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira do Guilherme, na Ilha de São Miguel, que visa responder à necessidade de desenvolver alternativas renováveis possíveis de concretizar a curto/médio prazo e com um tempo de vida útil a longo prazo. Com a conclusão da monitorização geodésica no âmbito do Projeto Hidroelétrico da Ribeira Grande, na Ilha das Flores, e tendo-se verificado a necessidade de alterar o circuito hidráulico devido às incertezas no plano geológico, está em fase de reavaliação a alteração do percurso e localização do Projeto do Aproveitamento Hidroelétrico, com o objetivo de viabilizar técnica e economicamente este projeto. Na Ilha do Faial, está previsto avançar com a requalificação do edifício da Central Hídrica do Varadouro, com a remoção do telhado contendo amianto, bem como a recuperação de toda a zona da cobertura do edifício que apresenta várias infiltrações, além da requalificação da estrutura do canal hídrico ao longo dos seus primeiros dois quilómetros.

Contudo, e devido à conjuntura atual, temos sentido algumas dificuldades nas respostas às nossas consultas e concursos, quer pela subida de preços causado principalmente pela disrupção das cadeias de fornecimento e pela elevada procura mundial destes projetos, quer pela falta de disponibilidade e de recursos disponíveis junto dos principais fornecedores e integradores.

De acordo com o perspectivado no plano de negócios da empresa, espera-se em 2025 atingir um Volume de negócios de 26 127 milhares de euros e um Resultado Líquido de 8 266 milhares de euros.

INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E ÓRGÃOS SOCIAIS

Objeto Social e Acionistas

A EDA Renováveis é uma sociedade anónima, criada em 2 de fevereiro de 1990, com sede na Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada Regional da Lagoa do Fogo, na Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel. A sociedade tem por objeto social o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros fins. O capital social da sociedade é de 23 799 970 euros, representado por 4 759 994 ações, com o valor nominal de 5,00 euros cada. A EDA – Electricidade dos Açores, S.A. detém 99,68% do capital social da empresa e a SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda. uma participação de 0,32%.

Ações Próprias

Em 31 dezembro de 2023 a empresa não detinha ações próprias.

Sucursais da sociedade

A empresa não detém quaisquer sucursais.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não existem situações, entre a data de encerramento do exercício económico e a presente data, que mereçam destaque especial e que tenham afetado a situação patrimonial da empresa.

Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem negócios entre a sociedade e os seus administradores, nomeadamente quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

Concessões de exploração de recursos naturais

A empresa detém a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados no concelho da Ribeira Grande, por um período de 25 anos, contados a partir de

16 de junho de 2020, prorrogável, bem como a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados na zona no Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017, cuja área foi alargada em 6 de janeiro de 2021.

Ao nível da exploração de recursos hídricos, a empresa detém as seguintes concessões para a captação de água superficial para produção de energia, na ilha de São Miguel, relativa à Ribeira Grande, no local do Salto do Cabrito, pelo prazo de 35 anos, contados a partir de 16 de janeiro de 2008; à Ribeira Quente, nos locais de Tambores, Canário e Foz da Ribeira, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2018 e dos Túneis, contados a partir de 27 de outubro de 2015; bem como da Ribeira da Praia, nos locais da Fábrica Nova e da Ribeira da Praia, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 12 de janeiro de 2018. Detém ainda a concessão para a captação de água superficial para a produção de energia hidroelétrica na ilha das Flores, relativamente às Ribeiras de Além Fazenda, Badanela, Fazenda, Algares, do Meio e Cascalho, no concelho de Santa Cruz das Flores, local de Além Fazenda, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 16 de dezembro de 2019, da Ribeira Grande, no concelho das Lajes das Flores, pelo prazo de dois anos extensível até 71 anos, contados a partir de 27 de setembro de 2022, e a concessão para aproveitamento hidroelétrico das sobras das águas das nascentes do Cabrito e Furna da Água, na ilha Terceira, para a laboração das centrais da Nasce Água, São João de Deus e Cidade, por um período de 75 anos, contados a partir de 27 de setembro de 2022. A 9 de novembro de 2023 obteve-se a concessão de recursos hídricos para utilização privativa das ribeiras das Águas Claras, Cabeço dos Trinta, Lomba, Adão, Bom Dia, Serrado Novo, Cabras, Funda, Joana Pires e linhas de água do Brejo, para produção de energia hidroelétrica na central do Varadouro – ilha do Faial, por um período de 75 anos.

Os parques eólicos detêm as respetivas licenças de exploração bem como as centrais hidroelétricas, onde quatro delas estão em fase de renovação.

Informação relativa ao disposto no Art.º 16º, do Decreto Legislativo Regional N.º 7/2008-A, de 24 de março

A EDA Renováveis, S.A é uma empresa pública, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008-/A, de 24 de março, pelos que deve, conforme Art.º 16, do referido diploma, prestar as informações complementares que seguidamente se explicitam.

Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à EDA Renováveis são vertidas nas propostas de Plano Plurianual e Orçamento que anualmente são submetidas a aprovação da Assembleia Geral. O Plano Plurianual 2025-2029 foi aprovado pela Assembleia Geral, realizada em 13 de dezembro de 2024, e está disponível em:

<http://www.eda.pt/GrupoEda/Paginas/FichaEmpresaEDARENOVAVEIS.aspx>.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com o Art.º 7.º do pacto social, é composto pela Assembleia Geral, Conselho de Administração e Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com o previsto no Art.º 20.º, do pacto social da sociedade, é constituído por um Fiscal Único.

A composição do Conselho de Administração, na sequência da deliberação da Assembleia Geral datada de 30 de junho de 2023, para o mandato de 2023/2025, foi até dia 30 de junho de 2024 a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Vice-Presidente: Fernando Manuel Rodrigues Ferreira

Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

Conselho de Administração

Presidente: Paulo Jorge da Costa André

Administrador: Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Administrador: David Luís Ramalhinho Estrela

Administrador: Francisco Manuel Sousa Botelho

Administrador: António Félix Flores Rodrigues

Fiscal Único

Efetivo: UHY & Associados, SROC, Lda., representada por Manuel Luís Fernandes
Branco ROC n.º 652

Suplente: Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda., representada por Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520

Nos termos do n.º 3, do art.º 398.º, do Código das Sociedades Comerciais os membros do Conselho de Administração e o Fiscal Único foram dispensados da prestação de caução.

O Conselho de Administração, considerando que terminou a 30 de junho de 2024 a autorização concedida pelo Despacho n.º 94/2024, de 19 de janeiro, ao pensionista Carlos Alberto Raposo Bicudo Ponte para manter o exercício do cargo remunerado de Administrador Executivo da EDA Renováveis, S. A., deliberou, nos termos da alínea b), do n.º 3, do artigo 393, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), proceder à sua substituição por cooptação de Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda,

Assim, a composição do Conselho de Administração, na sequência da deliberação da Assembleia Geral datada de 30 de junho de 2024, para o mandato de 2023/2025 é atualmente a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Vice-Presidente: Fernando Manuel Rodrigues Ferreira

Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

Conselho de Administração

Presidente: Paulo Jorge da Costa André

Administradora: Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Administrador: David Luís Ramalhinho Estrela

Administrador: Francisco Manuel Sousa Botelho

Administrador: António Félix Flores Rodrigues

Fiscal Único

Efetivo: UHY & Associados, SROC, Lda., representada por Manuel Luís Fernandes Branco ROC n.º 652

Suplente: Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda., representada por Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520

Principais elementos curriculares e as funções exercidas por cada um dos novos membros do órgão de gestão e administração eleitos na Assembleia Geral de 30 de junho de 2023

Paulo Jorge da Costa André

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, Ramo de Energia e Sistemas pelo Instituto Superior Técnico, em 1999. Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Segurança pela Universidade dos Açores, em 2005. Administrador Executivo da EDA entre março de 2021 e junho de 2023. Diretor de Construção de Infraestruturas e Equipamentos da EDA entre 2015 e 2021. Chefe de Departamento de Construção de Equipamentos de Produção da EDA de 2006 a 2015. Gestor de Projeto na EDA de 2004 a 2006. Quadro Superior de Engenharia na Direção de Produção da EDA entre 2001 e 2003. Técnico Comercial da SEGMA de 1999 a 2000. Acumula a atual função com os cargos de Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da EDA – Electricidade dos Açores, S.A., desde junho de 2023, e de Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., desde março de 2023.

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Licenciado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa em 1979 e durante o ano de 1993 tira uma Pós-graduação em Utility Management pela Universidade de Dublin, na Irlanda. Inicia a sua carreira profissional na metalomecânica Ferrotec em 1980 e ingressa na Empresa de Electricidade dos Açores em 1982. Em 1986 assume o cargo de Chefe de Serviço de Produção e em 1989 é nomeado Diretor do Centro de Energias Alternativas da EDA; de 1990 até janeiro de 1995, desempenha o cargo de Gerente da EEG - Empresa de Electricidade e Gás; em 1994 é nomeado Diretor de Exploração da Empresa de Electricidade dos Açores, e em 1995 Administrador-Delegado da SOGEO, Sociedade Geotérmica dos Açores. Em 2000 é nomeado Administrador-Delegado da Geoterceira, cargo que manteve até à sua incorporação na EDA Renováveis em 2014. Mantém o cargo de Administrador na EDA Renováveis, designação adotada pela SOGEO, desde 2013, na sequência da incorporação da EEG.

David Luís Ramalhinho Estrela

Bacharel em Engenharia de Máquinas, em 1987, pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, quadro superior da EDA - Eletricidade dos Açores S.A. desde 1990, exerceu os cargos de Chefe de Serviço da Central Termoelétrica de Ponta Delgada, entre 1993 e 1999, de Coordenador da área de Energias Renováveis da Eletricidade dos Açores, S.A., entre 1999 e 2001, de Gerente executivo da Empresa de Eletricidade e Gás, Lda – Empresa do Grupo EDA, entre 1999 e 2013, e de Administrador da empresa EDA Renováveis, desde 2013.

Francisco Manuel Sousa Botelho

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Produção, Transporte e Distribuição de Energia, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1985, fez o Programa Avançado de Gestão para Executivos da Universidade Católica Portuguesa, em 1994/1995. Quadro Superior da EDA - Electricidade dos Açores, S.A., desde 1986, foi requisitado pela Direção Regional de Energia da Secretaria Regional da Economia, entre 1989 e 1990, onde trabalhou, entre outros, no Plano Energético Regional. Foi Chefe do Serviço de Planeamento da EDA, entre 1995 e 1997, ano a partir do qual passou a membro do Conselho de Administração, durante dezassete anos, tendo representado a empresa na negociação dos sistemas de convergência dos preços da energia elétrica entre as Regiões Autónomas e o Continente e da entrada da EDP no capital social da EDA como parceiro estratégico. Foi ainda membro do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., Gerente da EEG - Empresa de Electricidade e Gás, Lda., Vogal da Direção da Fundação Engenheiro José Cordeiro, Presidente da Assembleia Geral da TV Cabo – Açores, Presidente da Assembleia Geral da SOGEO - Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A., Membro do Conselho de Administração da ARENA – Agência Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores, Presidente da Assembleia Geral da Geoterceira, S.A., Membro do Conselho Consultivo da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e Presidente da Assembleia Geral da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.. É Membro do Conselho Diretivo da ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, e Membro da Mesa da Assembleia Geral da APE – Associação Portuguesa de Energia, representante em Portugal do WEC – World Energy Council.

António Félix Flores Rodrigues

Licenciado em Física, em 1986, pela Universidade de Lisboa, com Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em Biofísica pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Coimbra, em 1994, Doutoramento em Ciências do Ambiente-Ramo Poluição Atmosférica, em 2001, pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Aveiro, é Professor Auxiliar da Universidade dos Açores, onde exerceu os cargos de Diretor dos Cursos de Engenharia do Ambiente, de Engenharia e Gestão do Ambiente e de Mestrado em Engenharia do Ambiente entre 2001 e 2018 e de membro do Conselho Geral da Universidade dos Açores em dois mandatos consecutivos entre 2015 e 2021. Lecionou disciplinas nos cursos de: Engenharia Agrícola, Engenharia Zootécnica, Engenharia do Ambiente, Mestrado em Engenharia do Ambiente, Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Mestrado em Engenharia e Gestão de Sistemas de Água, Mestrado em Ambiente Saúde e Segurança, Mestrado em Ensino de Física e Química, Engenharia e Gestão do Ambiente, Doutoramento em Gestão Interdisciplinar da Paisagem (Universidade dos Açores, Universidade de Évora e Instituto Superior de Agronomia), Preparatórios de Ciências da Nutrição (parceria com a Universidade do Porto), Preparatórios de Medicina Veterinária (parceria com a Universidade Técnica de Lisboa), Preparatórios de Ciências Farmacêuticas (parceria com a Universidade do Porto), licenciatura em Tecnologia Agroalimentar, licenciatura em Guias da Natureza, licenciatura em Natureza e Património, licenciatura em Enfermagem e Licenciatura em Energias Renováveis, todos da Universidade dos Açores, para além de outros cursos não conferentes de grau. Coordenou e colaborou em mais de uma dezena de projetos de investigação científica com universidades portuguesas e estrangeiras e foi membro da Comissão Organizadora de vários Congressos Nacionais e Internacionais. Participou na Missão Portuguesa de Ensino na Universidade Díli em Timor-Leste em 2001. Possui um vasto conjunto de artigos científicos publicados em diversos domínios científicos e orientou dezenas de teses de mestrado e dois doutoramentos. Foi vogal do Conselho de Administração da Empresa Municipal Culturangra, entre 2009-2010 e Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores entre 2014 e 2015.

Principais elementos curriculares e as funções exercidas por cada um dos novos membros do órgão de gestão e administração eleitos na Assembleia Geral de 30 de junho de 2024

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores. Funções na EDA: Administradora desde fevereiro de 2021, Diretora de Finanças e Seguros de 12 de julho de 2013 a 3 de fevereiro de 2021; Coordenadora do Gabinete de Auditoria Interna de 1 de janeiro de 2010 a 11 de julho de 2013; Coordenadora do Grupo de Atividades de Gestão Financeira e Seguros de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2009; Técnica Superior, com funções técnicas no Centro de Exploração de São Miguel e na Direção de Estudos e Desenvolvimento (Investimentos de 1996 a 2000 e com funções técnicas no Departamento Central de Coordenação Económica (Planeamento) de 07 setembro de 1987 até 17 de janeiro de 1991. Na Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, foi Diretora Regional da Habitação de 2 de dezembro de 1994 até outubro de 1996 e Diretora do Gabinete de Organização e Gestão Financeira de 18 de janeiro de 1991 até 1 de dezembro de 1994

Cargos Ocupados pelos Administradores noutras Empresas

Paulo Jorge da Costa André: Presidente do Conselho de Administração da EDA – Electricidade dos Açores, S.A. e Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda: Administradora da EDA – Electricidade dos Açores, S.A.

Francisco Manuel Sousa Botelho: Administrador da EDA – Electricidade dos Açores, S.A. e Gerente da SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

António Félix Flores Rodrigues, Administrador não Executivo da EDA – Electricidade dos Açores, S.A.

Remunerações do Órgão de Gestão e Administração

A Assembleia Geral, na sequência da eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2022/2024, fixou as respetivas remunerações e benefícios sociais para os três membros do Conselho de Administração remunerados, Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte, David Luís

Ramalhinho Estrela e António Félix Flores Rodrigues, sujeitas às reduções legais aplicáveis.

Nas supra referidas reuniões da Assembleia Geral, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro, foi deliberado atribuir aos Administradores Executivos os benefícios sociais em vigor na empresa para os seus trabalhadores, nomeadamente subsídio de almoço, complemento de abono de família, seguro de saúde e desconto de eletricidade.

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos do Conselho de Administração no ano de 2024 corresponderam a:

(EUR)

Órgão de Gestão	Remunerações Brutas	Benefícios Sociais e Encargos	Total
Órgão de Gestão Executivo 1	73 766,70	21 925,16	95 691,86
Órgão de Gestão Executivo 2	77 086,80	22 645,19	99 731,99
Órgão de Gestão Executivo 3	69 828,66	22 024,29	91 852,95
	220 682,16	66 594,64	287 276,80

A remuneração contratualizada com o Fiscal Único é de 1.250,00 euros a processar 12 vezes por ano.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

Indicação do número de reuniões do Órgão de Gestão e Administração, com referência sucinta às matérias versadas

Durante o ano de 2024, o Conselho de Administração realizou 32 reuniões para deliberar sobre assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram ao Relatório e Contas, à execução do Plano e de Atividades e Orçamento de acordo com a estratégia delineada, à gestão corrente da sociedade nas áreas da exploração dos recursos geotérmicos, hídricos e eólicos, à apreciação mensal das contas e principais indicadores da atividade. Para cada reunião do Conselho de Administração foram elaboradas atas com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 16º, alínea g), dos Estatutos da Empresa, propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2024, no valor de 10 772 852,70 euros (dez milhões, setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e setenta cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Para:

Dividendos	5 386 426,35 euros
------------	--------------------

Resultados Transitados	5 386 426,35 euros
------------------------	--------------------

Ponta Delgada, 19 de março de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração

Administrador

Administrador

Administrador

Administrador

EDA Renováveis, S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice das demonstrações financeiras

Balanço	73
Demonstração dos resultados por naturezas	74
Demonstração das alterações no capital próprio	75
Demonstração dos fluxos de caixa	76
Anexo às demonstrações financeiras	77
1 Introdução	77
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	78
3 Principais políticas contabilísticas	80
4 Fluxos de caixa	95
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	96
6 Ativos fixos tangíveis	97
7 Ativos intangíveis	103
8 Outros investimentos financeiros	104
9 Ativos e passivos por impostos diferidos	104
10 Inventários	105
11 Clientes	105
12 Estado e outros entes públicos	106
13 Acionistas	107
14 Outros créditos a receber	107
15 Diferimentos	108
16 Capital subscrito	108
17 Reservas legais e outras	109
18 Outras variações no capital próprio	109
19 Provisões	111
20 Financiamentos obtidos	111
21 Fornecedores	112
22 Outras dívidas a pagar	112
23 Vendas e serviços prestados	113
24 Trabalhos para a própria entidade	114
25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	114
26 Fornecimentos e serviços externos	114
27 Gastos com pessoal	115
28 Outros rendimentos	116
29 Outros gastos	116
30 Gastos e rendimentos financeiros	117
31 Imposto sobre o rendimento	117
32 Dividendos	118
33 Compromissos	118
34 Contingências	119
35 Matérias ambientais	119
36 Partes relacionadas	121
37 Gestão de Risco	124
38 Disposições legais	124
39 Eventos subsequentes	125

Balanço

		31 de dezembro	
	Nota	2024	2023
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	93 535 108	75 544 309
Ativos intangíveis	7	425 483	427 798
Outros investimentos financeiros	8	39 446	39 446
Clientes	11	-	52 306
Ativos por impostos diferidos	9	6 391 523	6 414 648
		100 391 561	82 478 507
Corrente			
Inventários	10	94 823	201 598
Clientes	11	4 922 571	4 177 945
Estado e outros entes públicos	12	124 762	-
Acionistas	13	46 390 000	61 140 000
Outros créditos a receber	14	31 851 081	20 935 030
Diferimentos	15	314 041	197 546
Caixa e depósitos bancários	4	305 890	209 676
		84 003 169	86 861 796
Total do ativo		184 394 730	169 340 303
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	16	23 799 970	23 799 970
Reservas legais	17	4 759 994	4 759 994
Outras reservas	17	14 016	14 016
Resultados transitados	17	85 730 147	78 939 151
Outras variações no capital próprio	18	39 373 929	29 647 001
Resultado líquido do período		10 772 853	13 581 992
Total do capital próprio		164 450 908	150 742 123
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	2 853 966	3 236 024
Outras dívidas a pagar	22	9 798 537	7 088 456
		12 652 503	10 324 480
Corrente			
Fornecedores	21	1 539 723	1 472 273
Estado e outros entes públicos	12	771 991	1 879 866
Financiamentos obtidos	20	-	55 4 769
Outras dívidas a pagar	22	4 979 605	4 366 792
		7 291 319	8 273 700
Total do passivo		19 943 822	18 598 179
Total do capital próprio e do passivo		184 394 730	169 340 303

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Francisco Manuel Sousa Botelho

David Luís Ramalhinho Estrela

António Félix Flores Rodrigues

Demonstração dos resultados por naturezas

	Nota	Período	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	23	29 359 240	29 216 109
Subsídios à exploração	-	-	46 933
Trabalhos para a própria entidade	24	1 575 910	735 047
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(322 004)	(436 462)
Fornecimentos e serviços externos	26	(6 316 296)	(4 611 634)
Gastos com o pessoal	27	(2 619 095)	(2 446 135)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	-	13 720
Outros rendimentos	28	2 041 093	3 601 774
Outros gastos	29	(2 873 001)	(2 879 757)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20 845 847	23 239 594
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(7 808 482)	(7 879 954)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	6	(1 495 963)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11 541 402	15 359 640
Juros e rendimentos similares obtidos	30	2 156 712	1 451 604
Juros e gastos similares suportados	30	(68 887)	(125 299)
Resultado antes de impostos		13 629 227	16 685 945
Imposto sobre o rendimento do período	31 e 9	(2 856 375)	(3 103 954)
Resultado líquido do período		10 772 853	13 581 992
Resultado por ação básico	16	2,26	2,85

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Francisco Manuel Sousa Botelho

David Luís Ramalhinho Estrela

António Félix Flores Rodrigues

Demonstração das alterações no capital próprio

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio (Reexpresso)	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2023		23 799 970	4 759 994	14 016	74 673 202	29 173 680	8 531 900	140 952 761
Alterações no período								
Outras variações no capital próprio (reexpresso)	18	-	-	-	-	473 320	-	473 320
Aplicações dos resultados	17	-	-	-	8 531 900	-	(8 531 900)	-
		-	-	-	8 531 900	473 320	(8 531 900)	473 320
Resultado líquido do período							13 581 992	13 581 992
Resultado integral							13 581 992	13 581 992
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(4 265 950)	-	-	(4 265 950)
		-	-	-	(4 265 950)	-	-	(4 265 950)
A 31 de dezembro de 2023		23 799 970	4 759 994	14 016	78 939 151	29 647 001	13 581 992	150 742 123
A 1 de janeiro de 2024		23 799 970	4 759 994	14 016	78 939 151	29 647 001	13 581 992	150 742 123
Alterações no período								
Outras variações no capital próprio	18	-	-	-	-	9 726 928	-	9 726 928
Aplicações dos resultados	17	-	-	-	13 581 992	-	(13 581 992)	-
		-	-	-	13 581 992	9 726 928	(13 581 992)	9 726 928
Resultado líquido do período							10 772 853	10 772 853
Resultado integral							10 772 853	10 772 853
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(6 790 996)	-	-	(6 790 996)
		-	-	-	(6 790 996)	-	-	(6 790 996)
A 31 de dezembro de 2024		23 799 970	4 759 994	14 016	85 730 147	39 373 929	10 772 853	164 450 908

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Francisco Manuel Sousa Botelho

David Luís Ramalhinho Estrela

António Félix Flores Rodrigues

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Período findo em 31 de dezembro	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		34 848 572	34 665 801
Pagamentos a fornecedores		(6 908 196)	(7 002 742)
Pagamentos ao pessoal		(2 520 266)	(2 406 648)
Caixa gerada pelas operações		25 420 110	25 256 412
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(3 780 344)	(1 320 820)
Outros recebimentos/ pagamentos		(7 089 255)	(4 203 865)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		14 550 510	19 731 728
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(25 155 690)	(2 981 396)
Financiamentos concedidos		(209 820 000)	(176 780 000)
Outros activos		-	(960)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	35 108
Financiamentos concedidos		224 570 000	156 990 000
Subsídios ao investimento		1 817 740	7 729 401
Juros e rendimentos similares		1 502 205	93 846
Dividendos	28	15 600	43 600
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(7 070 145)	(14 870 400)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Financiamentos obtidos		(545 455)	(545 455)
Juros e gastos e similares		(47 701)	(60 804)
Dividendos	17 e 32	(6 790 996)	(4 265 950)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(7 384 151)	(4 872 209)
Variação de caixa e seus equivalentes		96 214	(10 882)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	209 676	220 558
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	305 890	209 676

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Francisco Manuel Sousa Botelho

David Luís Ramalhinho Estrela

António Félix Flores Rodrigues

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A EDA Renováveis (EDAR ou Empresa), constituída em 2 de fevereiro de 1990, tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da Região Autónoma dos Açores ("RAA"), com sede na Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada Regional da Lagoa do Fogo.

A EDAR é detida em 99,68% pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. e em 0,32% pela SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

A EDAR é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 2 de abril de 2021 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDAR tem também como finalidade a construção e exploração de aproveitamentos de recursos endógenos de natureza hídrica, eólica e solar na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 22 centros produtores (8 parques eólicos, 12 centrais mini hídricas e 2 parques fotovoltaicos) instalados em 8 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

Para a instalação de cada centro produtor, a EDAR efetua um requerimento de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, junto à entidade do Governo Regional dos Açores com competência na área da energia. A licença fica sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, a qual por sua vez é atribuída após consulta ao concessionário do transporte e distribuição acerca dos pontos de interligação e da tensão nominal no ponto de interligação. A licença de produção de energia elétrica é atribuída por cada centro eletroprodutor.

A EDAR enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º.15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz. Assim, a EDAR tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda

a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDAR. A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2024 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 112,40 euros/MWh (2023: 107,20 euros/MWh).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 14 de março de 2025. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDAR, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde n.º 1, pelo método da consolidação integral.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDAR, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.23.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo em consideração que a atividade da Empresa se traduz na produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis com garantia de venda de toda a eletricidade que produz à EDA que é também a principal acionista, bem como as projeções de fluxos de caixa a curto prazo, a Administração, que tem acompanhado a atual situação geopolítica associada ao conflito militar sobre o qual prevalece a incerteza sobre a sua duração e que tem causado fortes impactos nos mercados financeiros e nos preços, concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDAR e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2024	2023
USD	1,0389	1,1050
CHF	0,9412	-
NZD	-	1,7504

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	
Centrais geotérmicas	Entre 10 a 20 anos
Centrais hídricas	Entre 20 a 60 anos
Equipamento básico	Entre 1 e 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 e 16 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade a depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados em Outros gastos ou Outros rendimentos.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem programas de computador e direitos de superfície, encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDAR reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com a aquisição de direitos de superfície a terceiros para a instalação dos parques eólicos e software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A EDAR valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada ou de acordo com o período estabelecido no contrato.

A EDAR não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Avaliação e exploração de recursos geotérmicos

A EDAR desenvolve para além do aproveitamento dos recursos geotérmicos já instalados, trabalhos de perfuração e prospeção e de outra natureza em áreas delimitadas dos campos geotérmicos, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure provável. Desta forma, e ao abrigo da NCRF 16 – Exploração e avaliação de recursos minerais, os dispêndios incorridos com estudos e testes na fase de prospeção e com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data da conclusão acerca da sua exequibilidade técnica e da sua viabilidade comercial. Os custos dos empréstimos obtidos fazem também parte do custo destes nesta fase de avaliação dos ativos, exceto se não tiverem ocorrido dispêndios substanciais que justifiquem a sua suspensão temporária. Durante a fase de prospeção e sempre que exista evidência objetiva de um eventual abandono técnico de um poço geotérmico e outros indicadores de imparidade, são registadas perdas de imparidade sobre o montante determinado, exceto se vier a ser utilizado como poço de injeção.

Os principais indicadores de imparidade resultam (i) da não descoberta durante a fase de prospeção de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais na área geotérmica específica ou, (ii) dos benefícios económicos futuros de uma área geotérmica específica emergente da exploração efetiva dos recursos minerais ou da sua alienação, não serem suficientes para recuperar a totalidade da quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de investimentos depreciables, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Parte das atividades de prospeção são comparticipadas através de fundos dos programas comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados no Capital próprio.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade, a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado, os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A EDAR classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor, os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDAR avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDAR reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação.

Os inventários são valorizados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O seu custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para a sua venda/uso.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

No que se refere aos materiais são registadas perdas por imparidade, quando os mesmos apresentam indicadores de obsolescência técnica ou quando ocorre a descontinuação dos equipamentos a que se referem.

3.8. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não

relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar e a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDAR possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a

legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,70%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual que nos termos da legislação em vigor, incide sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros e inferior a 7,5 milhões de euros (taxa de 2,4%), quando superior a 7,5 milhões de euros e menor que 35 milhões de euros (taxa de 4%) e superior a este montante (taxa de 7,2%).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

3.14. Benefícios aos empregados

A EDAR tem atribuído aos empregados um plano de complemento de pensões de reforma de contribuição definida, denominado por Futuro+ que é gerido pela BPI Pensões.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) Contribuição base de 1% do salário pensional pela Empresa sem qualquer condição;
- b) Contribuição voluntária do empregado que a EDAR reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

Para além destas responsabilidades registadas a EDAR efetua ainda o pagamento de complementos de reforma a 3 ex-empregados já reformados não abrangidos por qualquer dos planos descritos. A EDAR não efetuou qualquer estudo atuarial desta responsabilidade, nem fez o registo de qualquer provisão, uma vez que a responsabilidade não é significativa (Nota 27).

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDAR tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDAR divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

3.16. Subsídios e apoios do Governo

A EDAR reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à EDAR, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos fixo tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando o investimento tenha sido incorrido e quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.17. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDAR detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDAR não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDAR tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.18. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. R dito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo   venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDAR. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada mensalmente, com base em contagens reais de entregas de eletricidade na rede.

A eletricidade produzida   faturada   EDA, a entidade concessionária da rede de transporte e distribuição na RAA.

3.20. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDAR é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.21. Compensac  o de saldos e transacções

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.22. Matérias ambientais

A EDAR reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como custos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios econ micos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas econ micas.

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a EDAR tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDAR são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.23.1. Provisões

A EDAR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de reabilitação do local onde estes estão localizados está dependente de pressupostos e estimativas que as tornam sensíveis a:

- a) Expectativa de custo a ser incorrido;
- b) Data previsível da ocorrência dos custos;

- c) Taxa de inflação;
- d) Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

Em exercícios anteriores decorrente de obrigações contratuais em vigor, a Empresa constitui uma provisão para reabilitação de bens do ativo fixo tangível (parques eólicos) instalados nas diversas ilhas. Esta provisão foi calculada tendo por base vida útil do ativo.

3.23.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Relativamente aos ativos tangíveis em curso relacionados com as atividades de recursos geotérmicos, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é definida regularmente de forma a determinar a viabilidade individual de cada poço ou da globalidade do campo geotérmico.

A EDAR reconhece no seu Balanço uma estimativa do valor a desembolsar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro. Também a vida útil associada aos parques eólicos, que determina a cadência de reconhecimento desta provisão nos resultados da Empresa tem por base o melhor julgamento da Administração, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível nacional e internacional.

3.23.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDAR, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por

parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.24. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A EDAR não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2024	2023
Caixa	552	662
Depósitos bancários	305 339	209 014
	305 890	209 676

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

O recebimento e reembolso de empréstimos obtidos de outras entidades, nomeadamente do acionista EDA, são considerados como atividades de investimento, de acordo com o disposto na alínea (e) e (f) da NCRF 2 – Demonstrações de Caixa.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela EDAR, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A EDAR não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2024								
Custo de aquisição	4 617 732	29 160 836	233 256 585	1 009 214	300 738	787 306	41 277 623	310 410 034
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 495 726)	(27 199 668)	-	-	-	(1 958 319)	(31 221 902)
Depreciações acumuladas	-	(21 185 252)	(180 724 659)	(764 705)	(265 480)	(703 727)	-	(203 643 824)
Valor líquido	4 049 544	6 479 858	25 332 258	244 509	35 258	83 579	39 319 304	75 544 309
Movimento de 2024								
Adições	159 163	-	1 237	610	7 791	7 174	27 088 650	27 264 625
Provisão de desmantelamento (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(2 836 436)	(47 494)	-	-	-	(2 883 930)
Transferências e abates	-	-	593 279	-	-	-	(593 279)	-
Imparidade do período	(498 992)	(42 789)	(954 181)	-	-	-	-	(1 495 963)
Depreciação - período	-	(875 663)	(6 787 624)	(73 868)	(11 797)	(28 911)	-	(7 777 864)
Depreciação - alienações e abates	-	-	2 836 436	47 494	-	-	-	2 883 930
	3 709 715	5 561 406	18 184 970	171 250	31 251	61 843	65 814 675	93 535 108
31 de dezembro de 2024								
Custo de aquisição	4 776 895	29 160 836	231 014 666	962 329	308 529	794 480	67 772 994	334 790 729
Imparidade acumulada	(1 067 180)	(1 538 515)	(28 153 849)	-	-	-	(1 958 319)	(32 717 863)
Depreciações acumuladas	-	(22 060 915)	(184 675 847)	(791 079)	(277 278)	(732 638)	-	(208 537 757)
Valor líquido	3 709 715	5 561 406	18 184 970	171 250	31 251	61 842	65 814 675	93 535 108

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 os movimentos registados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2023								
Custo de aquisição	3 990 687	29 160 836	233 373 603	880 770	261 333	779 578	37 663 561	306 110 367
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 495 726)	(27 199 668)	-	-	-	(1 958 319)	(31 221 902)
Depreciações acumuladas	-	(20 309 589)	(173 888 709)	(736 898)	(250 896)	(670 262)	-	(195 856 353)
Valor líquido	3 422 499	7 355 521	32 285 226	143 873	10 437	109 317	35 705 242	79 032 113
Movimento de 2023								
Adições	627 045	-	1 121	191 187	38 284	7 728	3 614 063	4 479 428
Provisão de desmantelamento (Nota 19)	-	-	(117 018)	-	-	-	-	(117 018)
Alienações	-	-	-	(62 743)	-	-	-	(62 743)
Transferências e abates	-	-	(1 121)	-	1 121	-	-	-
Depreciação - período	-	(875 663)	(6 836 604)	(90 550)	(13 930)	(33 466)	-	(7 850 214)
Depreciação - alienações e abates	-	-	654	62 743	(654)	-	-	62 743
	4 049 544	6 479 858	25 332 258	244 509	35 258	83 580	39 319 304	75 544 309
31 de dezembro de 2023								
Custo de aquisição	4 617 732	29 160 836	233 256 585	1 009 214	300 738	787 306	41 277 623	310 410 034
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 495 726)	(27 199 668)	-	-	-	(1 958 319)	(31 221 901)
Depreciações acumuladas	-	(21 185 252)	(180 724 659)	(764 705)	(265 480)	(703 727)	-	(203 643 824)
Valor líquido	4 049 544	6 479 858	25 332 258	244 509	35 258	83 579	39 319 304	75 544 309

Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o período de 2024 englobam 175.975 euros de adições diretas. Foram ainda realizados investimentos em ativos em curso, no montante de 27.088.650 euros, essencialmente relativos a geotermia na Ilha de São Miguel (12.755.327 euros) e aos parques eólicos das Ilhas de São Jorge, Santa Maria, Corvo e Flores (13.653.120 euros).

Em resultado do não recurso ao financiamento bancário, não foram imputados quaisquer gastos financeiros em 2024 e 2023 aos ativos em curso de construção.

Ativos em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	2024	2023
Aproveitamentos hidroelétricos		
Ribeira Grande - Flores	444 891	444 891
Ribeira do Guilherme - São Miguel	44 357	10 426
Reabertura CH Povoação - São Miguel	48 057	13 177
Hidraulico CH Varadouro - Faial	31 464	31 464
Posto de transformação CH Cidade	3 893	-
Sistema automático comando - Terceira	-	187 291
Instalação de sistema piloto VORTEX	-	191 404
Ampliação do Canal da CH Canário - São Miguel	-	1 249
Reabilitação edifício da CH Túneis - São Miguel	-	15 234
Diversos	757	51 452
	573 419	946 590
Parques eólicos		
Parque eólico Cerrado das Vacas - Corvo	4 277 624	1 369 297
Substituição aerogeradores - Santa Maria	3 555 877	12 701
Substituição aerogeradores - São Jorge	5 893 587	75 703
Substituição aerogeradores - Flores	1 420 449	36 715
Substituição aerogeradores - Pico	679	679
Substituição aerogeradores - Terceira	195 685	61 185
Ampliação parque eólico - São Miguel	152 000	1 240
Ampliação parque eólico - Faial	212	212
	15 496 113	1 557 733
Parques fotovoltaicos		
Ilha São Jorge	23 086	6 510
Ilha Pico	42 983	6 600
Ilha Faial	31 361	7 820
Ampliação Ilha de Santa Maria	92 866	92 866
Ampliação Ilha de Corvo	288 749	288 749
Ilha Flores	18 861	1 539
	497 905	404 084
a transportar	16 567 437	2 908 407

	2024	2023
transportado	16 567 437	2 908 407
Parques Geotérmicos		
RG5	1 958 319	1 958 319
Campo Geotérmico Ribeira Grande	1 009 922	1 005 747
Campo Geotérmico Pico Vermelho	216 546	139 122
Revitalização Campo Geotérmico Ribeira Grande	11 921 093	11 638 197
Novo Campo Geotérmico Pico Vermelho	21 132 706	8 741 874
Novo Campo Geotérmico Pico Alto	14 966 972	14 885 958
	51 205 558	38 369 217
Imparidade RG5	(1 958 319)	(1 958 319)
Saldo a 31 de dezembro	65 814 675	39 319 304

Imparidade

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as perdas por imparidades de ativos não correntes reconhecidas tinham o seguinte destino:

	2024	2023
Central Geotérmica do Pico Alto	23 307 441	21 811 479
Poço geotérmico PA1	6 249 616	6 249 616
Poço geotérmico RG 5	1 958 319	1 958 319
Outros	1 202 487	1 202 487
	32 717 863	31 221 901

O campo geotérmico do Pico Alto foi considerado em anos anteriores uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. Com base na avaliação inicial da produtividade dos quatro poços de produção e injeção, a Administração concluiu que existia um risco elevado de diminuição do fluido geotérmico. Assim, avançou numa primeira fase na construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração em setembro de 2017.

O imobilizado total em exploração no Campo Geotérmico do Pico Alto atingiu o montante de 43.378.988 euros, tendo a central geotérmica atingido em 2024 uma produção de cerca de 7,4 GWh (em 2023 – 18,2 GWh), sendo anualmente efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável deste ativo, com base nos seguintes pressupostos:

	2024	2023
Vida útil estimada dos ativos	20 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	5,95%	6,18%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados para a central no seu estado atual, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, com os atuais níveis de produção que poderão ser substancialmente alterados se se concretizar a expansão da capacidade instalada prevista para 10 MWh, e tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida útil previsível de 20 anos.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2025, com uma atualização de 2% ao ano para os períodos 2025-2042. Embora a capacidade instalada da Central seja de 3,5 MWh, utilizou-se a sua potência real atual de 1,1 MWh.

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 5,95%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos, incorporando os impactos associados ao atual conflito militar, nomeadamente os com reflexo nos mercados financeiros e na subida de preços, cuja incerteza sobre a sua duração, expõe riscos de natureza diversa significativos.

Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 10%, com os resultados a seguir indicados:

	Cenário base	Cenários de sensibilidade Variação de 1%	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	5,95%	4,95%	6,95%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	(1 876 905)	(1 869 316)	(1 882 129)
Variação do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 10%	(2 064 595)		
Redução de 10%	(1 689 214)		

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros, do risco operacional e do aumento das necessidades de investimento, a Administração determinou que a quantia recuperável da unidade

geradora de caixa fosse nula e, consequentemente, o reconhecimento de uma perda de imparidade no período de 1.495.963 euros como se indica:

	2024	2023
Valor de custo (líquido de depreciações)	23 307 441	25 067 766
Imparidades acumuladas	(21 811 478)	(21 811 478)
Imparidade do período	(1 495 963)	-
	-	3 256 288

Associado a esta Central foram ainda executados três novos poços geotérmicos em 2021, no montante de 13.909.018 euros, cujos ensaios de avaliação de produtividade foram realizados durante este período e ainda não são conclusivos. Em 2024 foram efetuados os ensaios de produtividade, no entanto ainda não existem resultados dos mesmos pelo que a esta data ainda não estão reunidas as condições para se proceder a uma avaliação fiável deste projeto de expansão.

A totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PA1 que foi considerado abandonado no âmbito do desenvolvimento do campo geotérmico do Pico Alto, no montante de 6.249.616 euros, foi integralmente reconhecida em 2011 como irrecuperável.

Em 2016, registou-se uma imparidade de 1.958.319 euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5 situado no campo geotérmico da Ribeira Grande por ter sido determinada a sua inviabilidade económica.

Transferências e abates

As transferências realizadas em 2024 resumem-se como se segue:

	2024
Transferência para Ativo fixo tangível	
Instalação painéis fotovoltaicos 4 Centrais Hídricas	77 895
Sistema automático comando Centrais Hídricas Terceira	187 291
Instalação de sistema piloto VORTEX	328 093
	593 279

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7 Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela EDAR refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos e programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Direitos superfície	Software	Total
A 1 de janeiro de 2023			
Custo de aquisição	584 812	13 892	598 704
Amortizações acumuladas	(189 302)	(13 892)	(203 194)
Valor líquido	395 509	-	395 508
Movimento de 2023			
Adições	62 030	-	62 030
Amortização - período	(29 740)	-	(29 740)
	32 290	-	32 290
31 de dezembro de 2023			
Custo de aquisição	646 842	13 892	660 734
Amortizações acumuladas	(219 042)	(13 892)	(232 934)
Valor líquido	427 798	-	427 798
Movimento de 2024			
Adições	28 304	-	28 304
Amortização - período	(30 618)	-	(30 618)
	(2 315)	-	(2 315)
31 de dezembro de 2024			
Custo de aquisição	675 146	13 892	689 038
Amortizações acumuladas	(249 661)	(13 892)	(263 553)
Valor líquido	425 483	-	425 483

8 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os ativos reconhecidos nesta rubrica, referem-se a participações em instrumentos de capital sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa, os quais se encontram registados ao custo, conforme se indica:

	% detida	2024	2023
Investimentos em associadas			
SEGMA	10	19 988	19 988
Fundação Eng. José Cordeiro	25,91	2 494	2 494
		22 482	22 482
Outros investimentos			
Fundo de compensação do trabalho		16 964	16 964
		39 446	39 446

9 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	2024	2023
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos (Nota 31)	(23 125)	(36 816)
	23 125	36 816

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Revisão de vidas úteis de Ativo fixo tangível	Imparidade de ativos	Benefício fiscal	Total
A 1 de janeiro de 2024	12 484	516 106	44 740	96 489	5 744 830	-	6 414 648
Atualização da taxa	(339)	(12 873)	(1 216)	(516)	(163 589)	-	(178 534)
Utilização	-	(78 746)	-	-	-	-	(78 746)
Constituição por resultados	-	36 384	-	(77 485)	275 257	-	234 156
Movimento do período	(339)	(55 236)	(1 216)	(78 001)	111 668	-	(23 125)
A 31 de dezembro de 2024	12 144	460 870	43 524	18 488	5 856 497	-	6 391 523

	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Revisão de vidas úteis de Ativo fixo tangível	Imparidade de ativos	Benefício fiscal	Total
A 1 de janeiro de 2023	12 484	465 194	44 740	184 218	5 744 830	415 570	6 867 034
Utilização	-	-	-	-	-	(415 570)	(415 570)
Constituição por resultados	-	50 913	-	(87 729)	-	-	(36 816)
Movimento do período	-	50 913	-	(87 729)	-	(415 570)	(452 386)
A 31 de dezembro de 2023	12 484	516 106	44 740	96 489	5 744 830	-	6 414 648

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	2024	2023
Inibidor químico	34 454	82 517
Normal Pentano	33 004	82 055
Cyclopentano	27 365	37 025
	94 823	201 598

O Inibidor químico é utilizado nos poços de produção geotérmicos e Normal Pentano e Cyclopentano para utilização no sistema de refrigeração dos grupos das centrais geotérmicas.

O custo dos inventários reconhecidos em 2024 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 322.004 euros (2023: 436.462 euros) (Nota 25).

11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a composição da rubrica de clientes é como se segue:

		2024			2023		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - outros	i)	5 566	-	5 566	51 806	52 306	104 112
Clientes - grupo (Nota 36)	ii)	4 917 005	-	4 917 005	4 126 139	-	4 126 139
Clientes de cobrança duvidosa		67 846	-	67 846	67 846	-	67 846
		4 990 417	-	4 990 417	4 245 791	52 306	4 298 097
Imparidade de clientes		(67 846)	-	(67 846)	(67 846)	-	(67 846)
		4 922 571	-	4 922 571	4 177 945	52 306	4 230 251

i) Clientes - outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrente da prestação de serviços;

ii) Clientes - grupo: o saldo a receber em 2024 refere-se, à eletricidade produzida e faturada no mês de dezembro à EDA (3.191.635 euros) e juros debitados ao acionista (1.725.370 euros).

O saldo da rubrica de Perdas por imparidade acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 tem o seguinte movimento:

	2024	2023
A 1 de janeiro	67 846	81 566
Reversão do ano	-	(13 720)
A 31 de dezembro	67 846	67 846

12 Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2024		2023	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre rendimento - IRC	124 762	-	-	1 188 977
Imposto sobre rendimento - IRS	-	21 985	-	23 811
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	704 632	-	623 359
Contribuições para segurança social	-	45 374	-	43 718
Imposto a pagar/recuperar	124 762	771 991	-	1 879 866

Para os períodos apresentados o saldo relativo ao IRC tem a seguinte decomposição:

	2024	2023
Pagamentos por conta	2 526 669	1 587 840
Retenções na fonte	431 342	290 321
Estimativa de IRC (Nota 31)	(2 833 250)	(3 067 138)
	124 762	(1 188 977)

13 Acionistas

De acordo com a política financeira do Grupo, os excedentes de tesouraria são cedidos ao acionista EDA. Assim, os valores cedidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são 46.390.000

euros e 61.140.000 euros, respetivamente, os quais vencem juros à taxa anual de 4,01% (2023: 2,83%). Os juros debitados ao acionista perfazem o montante de 2.156.712 euros (2023: 1.451.604 euros), conforme Nota 30.

Esta cedência de fundos contratualizada pelo prazo de 12 meses é renovável automaticamente por sucessivos e iguais períodos, estando classificada em ativo corrente.

14 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de outras contas a receber são como segue:

	2024	2023
	Corrente	Corrente
Outros devedores		
PRR - Aumento da potência geotérmica	29 325 302	20 419 311
PRR - Corvo renovável	2 327 344	350 484
Outros	195 699	151 375
	31 848 345	20 921 170
Pessoal	1 927	4 940
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	7 056
Adiantamentos a fornecedores	810	1 865
	31 851 081	20 935 030

No exercício de 2023, foi reconhecido subsídio ao investimento destinado a financiar os projetos “Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade” e “Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo” enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a “Transição Energética nos Açores”, pela quota-parte do valor investido. O efeito destes subsídios nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como se segue:

	Investimento realizado em 31.12.2024	Investimento total previsto	Subsídio do Governo	Montante recebido até 31.12.2024	Subsídio reconhecido no capital próprio em 31.12.2024	Passivo por imposto diferido
PRR - Aumento da potência geotérmica	43 806 091	82 500 000	71 000 000	8 374 485	37 699 787	6 748 262
PRR - Corvo renovável	4 566 372	3 810 000	3 500 000	1 172 656	3 500 000	626 500
Total	48 372 463	86 310 000	74 500 000	9 547 141	41 199 787	7 374 762

	Investimento realizado em 31.12.2023	Investimento total previsto	Subsídio do Governo	Montante recebido até 31.12.2023	Subsídio reconhecido no capital próprio em 31.12.2023	Passivo por imposto diferido
PRR - Aumento da potência geotérmica	31 345 417	82 500 000	71 000 000	6 556 745	26 976 056	4 963 594
PRR - Corvo renovável	1 658 046	3 810 000	3 500 000	1 172 656	1 523 139	280 258
Total	33 003 463	86 310 000	74 500 000	7 729 401	28 499 195	5 243 852

15 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a EDAR tem registado na rubrica Diferimentos, os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes como os prémios de seguro.

	2024	2023
Seguros	314 041	184 861
Outros	-	12 686
	314 041	197 546

16 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da EDAR encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 4.759.994 ações, com o valor nominal de 5 euros cada, detidas pelas seguintes entidades:

	Ações		
	Quantidade	Valor	% detida
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4 744 905	23 724 525	99,68%
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	15 089	75 445	0,32%
	4 759 994	23 799 970	100,00%

17 Reservas legais e outras

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Total
1 de janeiro de 2023	4 759 994	14 016	74 673 202	79 447 212
Aplicação do resultado do período	-	-	8 531 900	8 531 900
Dividendos atribuídos	-	-	(4 265 950)	(4 265 950)
31 de dezembro de 2023	4 759 994	14 016	78 939 151	83 713 160
Aplicação do resultado do período	-	-	13 581 992	13 581 992
Dividendos atribuídos	-	-	(6 790 996)	(6 790 996)
31 de dezembro de 2024	4 759 994	14 016	85 730 147	90 504 156

A 31 de dezembro de 2024 a reserva legal encontra-se totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 20 de março de 2024, do resultado apurado no período no montante de 13.581.992 euros foram distribuídos dividendos de 6.790.996 euros e foi mantido em resultados transitados o montante de 6.790.996 euros. Os dividendos atribuídos aos acionistas foram assim repartidos:

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	6 769 469
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	21 527
	6 790 996

18 Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio inclui os montantes reconhecidos a título de subsídios ao investimento não reembolsáveis, que registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Subsídios		
1 de janeiro		
Produção geotérmica	34 026 990	34 450 569
Produção eólica, hídrica e fotovoltaica	2 303 992	1 301 492
1 de janeiro (reexpresso)	36 330 982	35 752 061
Atribuição/Anulação de subsídios		
Produção geotérmica	10 723 731	495 414
Produção eólica, hídrica e fotovoltaica	1 976 861	1 157 670
	12 700 592	1 653 084
Amortização do período (Nota 28)		
Produção geotérmica	(918 993)	(918 993)
Produção eólica, hídrica e fotovoltaica	(155 171)	(155 171)
	(1 074 163)	(1 074 163)
31 de dezembro	47 957 410	36 330 982
Outras dívidas a pagar (Nota 22)		
1 de janeiro	(6 683 982)	(6 578 379)
Atribuição do subsídio	(2 336 909)	(303 247)
Transferência	197 646	197 646
Atualização da taxa	239 762	-
31 de dezembro	(8 583 481)	(6 683 982)
	39 373 929	29 647 001

O saldo não corrente de outras dívidas a pagar é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecido no capital próprio.

O saldo desta rubrica não é distribuível aos acionistas.

O saldo líquido desta rubrica é subdividido por:

	2024	2023
Produção geotérmica	35 986 744	27 766 024
Produção eólica e hídrica	3 387 185	1 880 977
	39 373 929	29 647 001

O ajustamento do imposto a pagar no futuro, no montante de 8.583.481 euros (Nota 22) é reconhecido em outras dívidas a pagar (2023: 6.683.981 euros).

19 Provisões

A Empresa reconhece nas suas demonstrações financeiras uma provisão relativa aos gastos de desmantelamento a incorrer no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos nesta rubrica foram como se segue:

	2024	2023
A 1 de janeiro	3 236 024	3 279 661
Utilização da provisão	(427 970)	-
Efeito financeiro (Nota 30)	45 912	73 380
Dotação do ano (Nota 6)	-	(117 018)
Movimento do período	(382 058)	(43 637)
A 31 de dezembro	2 853 966	3 236 024
Saldo não corrente	2 853 966	3 236 024
	2 853 966	3 236 024

No exercício de 2024 a Empresa deu início ao desmantelamento dos equipamentos associados à constituição da provisão, dos valores já utilizados de provisão constatou-se que se encontram inflacionados, pelo que a Administração decidiu manter os valores já apurados.

20 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	-	-	-	545 455	-	545 455
	-	-	-	545 455	-	545 455
Juros a pagar - especialização	-	-	-	9 315	-	9 315
	-	-	-	554 769	-	554 769

Os empréstimos bancários respeitantes a crédito negociado junto de instituições de crédito foram totalmente reembolsados em 2024.

21 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos de fornecedores são os seguintes:

		2024	2023
Fornecedores - outros	i)	1 042 295	879 608
Fornecedores - grupo (Nota 36)	ii)	497 428	592 665
		1 539 723	1 472 273

i) Fornecedores – outros: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de diversos materiais e serviços incorporados no processo normal da atividade da Empresa;

ii) Fornecedores – grupo: decorre da prestação de serviços das áreas administrativas da EDA e da cedência de pessoal, assim como serviços efetuados nos parques eólicos pela SEGMA.

22 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

		2024			2023		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores							
Fornec. investimentos - grupo (Nota 36)		-	-	-	-	-	-
Fornec. investimentos - outros		1 452 855	-	1 452 855	676 830	-	676 830
	i)	1 452 855	-	1 452 855	676 830	-	676 830
Outros credores							
Credores por garantias prestadas - grupo		66 038	-	66 038	22 013	44 025	66 038
Credores por garantias prestadas	ii)	364 200	1 215 055	1 579 255	13 500	360 450	373 950
Credores diversos		12 907	-	12 907	36 116	-	36 116
Indemnização		-	-	-	729 400	-	729 400
Ajustamentos por imposto a pagar	iii)	-	8 583 481	8 583 481	-	6 683 981	6 683 981
Credores por acréscimos de gastos							
Encargos com remunerações		355 700	-	355 700	338 394	-	338 394
Juros de empréstimos a liquidar		1 752	-	1 752	-	-	-
Outros acréscimos de custo	iv)	2 726 153	-	2 726 153	2 550 539	-	2 550 539
		4 979 605	9 798 537	14 778 142	4 366 792	7 088 456	11 455 247

- i) Fornecedores de investimentos: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar a fornecedores de equipamentos, prestadores de serviços de apoio ao investimento realizado nos campos geotérmicos;
- ii) Credores por garantias prestadas: incluem as cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto;
- iii) Como indicado na Nota 18, o saldo não corrente desta rubrica é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecidos no capital próprio;
- iv) Credores por acréscimos de gastos: a rubrica de outros acréscimos de custos refere-se essencialmente à compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores como contrapartida da exploração dos recursos geotérmicos relativa ao período de 2024 no montante de 2.494.683 euros (2023: 2.462.579 euros). A taxa de incidência para a determinação da compensação foi de 12,5% em 2024 e 2023 para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande e para o Campo Geotérmico do Pico Alto (Nota 29). Adicionalmente, esta rubrica inclui 231.470 euros (2023: 87.960 euros) respeitantes aos gastos incorridos e a faturar por terceiros em diversas obras de investimento e de exploração.

23 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2024	2023
Vendas de eletricidade		
Fotovoltaica	122 451	111 876
Hídrica	3 656 782	3 306 483
Eólica	5 622 543	6 007 312
Geotérmica	19 957 464	19 700 630
	29 359 240	29 126 301
Serviços Prestados		
Outros	-	89 808
	29 359 240	29 216 109

As vendas de eletricidade, no montante de 29.359.240 euros, são efetuadas na totalidade ao acionista EDA (Nota 36).

24 Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	2024	2023
Fornecimentos e serviços externos	1 303 467	392 312
Gastos com pessoal	272 437	342 715
Outros gastos e perdas	7	20
	1 575 910	735 047

25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das matérias consumidas demonstra-se como segue:

	2024	2023
Inventários iniciais (Nota 10)	201 598	257 605
Compras	215 230	380 455
Inventários finais (Nota 10)	(94 823)	(201 598)
	322 004	436 462

26 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos registados em 2024 e 2023 é como segue:

		2024	2023
Conservação e reparação	i)	3 414 845	2 215 220
Trabalhos especializados	ii)	1 158 717	751 981
Seguros	iii)	577 300	479 561
Subcontratos	iv)	269 759	242 410
Rendas e alugueres		172 837	194 609
Prestadores serviços		115 954	76 559
Vigilância e segurança		98 684	160 599
Eletricidade		90 760	93 027
Limpeza, higiene e conforto		78 021	73 934
Deslocações e estadas		75 189	82 759
Transporte de mercadorias		62 415	62 911
Combustíveis		32 443	53 240
Ferramentas e utensílios		31 026	19 661
Fardamento e calçado		20 689	9 292
Outros (inferiores a 15.000 euros)		117 657	95 872
		6 316 296	4 611 634

- i) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a aquisição de material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da Empresa;
- ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem os serviços de informática, os honorários para a revisão legal das contas e auditoria externa, serviços de apoio das áreas administrativas prestados pelo acionista EDA e serviços relacionados com a monitorização dos campos geotérmicos e parques eólicos;
- iii) Seguros contratados para os trabalhos de exploração de recursos geotérmicos e parques eólicos;
- iv) Os gastos com Subcontratos dizem respeito essencialmente à cedência de pessoal do acionista EDA à Empresa.

27 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2024 e 2023 foram como segue:

	2024	2023
Remunerações		
Orgãos sociais (Nota 36)	224 623	229 662
Pessoal	1 787 030	1 635 389
	2 011 653	1 865 051
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	436 122	400 361
Prémios para benefícios reforma	23 048	47 802
Gastos de ação social	62 176	58 971
Pensões	10 088	8 160
Formação profissional	1 997	1 740
Indemnizações	3 384	4 592
Outros	70 629	59 458
	607 442	581 084
	2 619 095	2 446 135

O número médio de empregados em 2024 foi de 61 (2023: 63).

Os gastos com Prémios para benefícios de reforma referem-se às contribuições para planos de contribuição definida no montante de 23.048 euros (2023: 47.802 euros).

Em 2024 e 2023, o valor pago de complemento de reforma a 3 ex-colaboradores não abrangidos por qualquer dos planos descritos ascendeu a 10.088 euros (2023: 8.160 euros)

28 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

		2024	2023
Reconhecimento de subsídios ao investimento	i)	1 074 163	1 074 163
Excesso para estimativa de imposto		348 183	-
Outros rendimentos e ganhos	ii)	261 900	169 360
Deslastragens		216 464	247 367
Libertação de garantias		84 933	-
Rendimentos suplementares		37 017	119 254
Dividendos		15 600	43 600
Alienações		2 210	24 265
Outros rendimentos operacionais		623	9 515
Sinistros		-	1 914 250
		2 041 093	3 601 774

i) Esta rubrica refere-se ao reconhecimento dos subsídios ao investimento não reembolsáveis obtidos (Nota 18) e reparte-se do seguinte modo:

	2024	2023
Produção geotérmica	918 993	918 993
Produção eólica e hídrica	155 171	155 171
	1 074 163	1 074 163

ii) Reconhecimento da ativação de garantia da Central Geotérmica do Pico Alto, do fornecedor EXERGY.

29 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2024	2023
Impostos e taxas	i)	2 569 712	2 496 303
Deslastragens		166 507	266 657
Insuficiência da estimativa para impostos		64 698	31 051
Quotizações		16 962	17 853
Donativos		11 300	29 545
Diferenças cambiais		6 586	4 764
Indemnizações de exploração		2 072	15 569
Multas e penalidades		770	824
Outros gastos operacionais		34 394	17 191
		2 873 001	2 879 757

i) A rubrica de imposto compreende essencialmente a taxa de compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores pela exploração dos recursos geotérmicos. Até ao final de 2024, o valor da compensação ainda não foi liquidado e ascende a 2.494.683 euros (2023: 2.462.579 euros). A taxa de compensação em 2024 e 2023 que é aplicada sobre as vendas de energia geotérmica é de 12,5% para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande na ilha de São Miguel e para a Central Geotérmica do Pico Alto na ilha Terceira.

30 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos similares para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

		2024	2023
Juros e gastos similares suportados			
Juros suportados	i)	18 615	44 222
Provisão desmantelamento - efeito financeiro (Nota 19)		45 912	73 380
Outros gastos e perdas financeiros		4 360	7 697
		68 887	125 299
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros acionistas (Notas 13 e 36)		2 156 712	1 451 604
		2 156 712	1 451 604

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDAR para o financiamento das suas atividades;

31 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2024	2023
Imposto sobre rendimento corrente (Nota 12)	2 833 250	3 067 138
Imposto sobre rendimento diferido (Nota 9)	23 125	36 816
	2 856 375	3 103 954

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi de 17,9% e 18,4% respetivamente.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2024	2023
Resultado antes de impostos	13 629 227	16 685 945
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis	1 559 669	62 822
Outros	39	39
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	67 365	60 024
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	15 256 300	16 808 831
Matéria coletável	15 256 300	16 808 831
Taxa nominal de imposto	14,70%	14,70%
	2 242 676	2 470 898
Derrama Municipal	132 016	140 781
Derrama Estadual	454 252	451 809
Tributação autónoma	4 305	3 649
Imposto diferido	23 125	36 816
Impostos sobre o rendimento do exercício	2 856 375	3 103 954

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2024	2023
Taxa de imposto	14,70%	14,70%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,10%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	3,50%
> 35.000.000	7,20%	6,30%

32 Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2024 foram de 6.790.996 euros (2023: 4.265.950 euros) (Nota 17).

33 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Empresa à data do balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

Compromissos para investimentos

Os compromissos assumidos pela EDAR referem-se a adjudicações já efetuadas relativas a empreitadas e equipamentos, conforme segue:

	2024	2023
Empreitadas e equipamentos	42 259 012	126 019
	42 259 012	126 019

34 Contingências

Passivos contingentes

A EDAR tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2024	2023
Região Autônoma Açores	Concessão de exploração de recursos geotérmicos no campo geotérmico da Ribeira Grande	2020	500 601	500 601
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Quente (S. Miguel) para a produção de energia hidroelétrica	2018	22 001	22 001
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Grande (Flores) para a produção de energia hidroelétrica	2018	83 391	83 391
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250 000	250 000
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249 399	249 399
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1 000	1 000
Alfândega de Ponta Delgada	Isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	2001	2 494	2 494
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	-	545 455
			1 108 885	1 654 340

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a EDA Renováveis não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a EDAR detinha um contrato de subsídio ao investimento destinado a financiar os projetos “Aumento da potência instalada

geotérmica para a produção de eletricidade” e “Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo” enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a “Transição Energética nos Açores” no montante de 74.500.000 euros. O reconhecimento do subsídio, o qual foi reconhecido por contrapartida de Capital Próprio, encontra-se registado apenas na quota-parte do subsídio correspondente à execução dos programas de investimento. Em 2024 e 2023, encontram-se reconhecidos apenas os montantes de 41.199.787 euros e 28.499.195 euros, respetivamente. O remanescente no total de 33.300.213 euros, será reconhecido mediante a execução do investimento.

35 Matérias ambientais

No período de 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram atribuídos à Empresa quaisquer subsídios ou incentivos relacionados com matérias ambientais.

A Empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras uma provisão destinada ao desmantelamento dos equipamentos e infraestruturas dos parques eólicos no final das suas vidas úteis, a qual também incorpora uma parte de componente ambiental (reposição de terrenos nas suas condições iniciais). A Administração utilizou o seu melhor conhecimento do negócio, bem como o seu conhecimento das melhores práticas do mercado, de forma a estimar os gastos que deverão vir a ser incorridos no final dos respetivos períodos de exploração. Estas provisões foram reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa de acordo com a NCRF 7, constituindo-se por incremento do Ativo, sendo reconhecida anualmente a depreciação do mesmo.

No âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, com exceção dos relacionados com o desenvolvimento de um campo de desgaseificação na área das Caldeiras da Ribeira Grande. Em conformidade com a informação disponível e, embora a atividade possa permanecer, a Administração entende que os danos e prejuízos que possam vir a ocorrer com este acontecimento não assumirão no futuro quaisquer montantes materialmente significativos.

No que respeita aos aproveitamentos hídricos e geotérmicos, a Administração considera que, tendo em consideração o tipo de ativos e a lógica de continuidade das operações na Região Autónoma dos Açores, independentemente da existência de um contrato formal que preveja a reversão destes equipamentos produtivos para o Governo Regional

ou outra entidade pública, a Empresa terá a responsabilidade de realizar os investimentos de manutenção necessários para manter as condições normais de funcionamento, não havendo lugar a desembolsos futuros com o desmantelamento e/ou remoção destes equipamentos.

A Administração está convicta de que não existem, nesta data, outras obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Sociedade, para além do referido na Nota 34.

36 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a EDAR é detida pela EDA que detém 99,68% do capital da Empresa.

36.1. Remuneração dos órgãos sociais

Os Órgãos de Gestão da EDAR foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos-chave da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2024	2023
Remunerações (Nota 27)	224 623	229 662
	224 623	229 662

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDAR não realizaram qualquer tipo de contrato com a Empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	2024	2023
Fiscal Único	15 000	15 000
	15 000	15 000

36.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

EDA – Electricidade dos Açores, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

Por via de Acionistas:

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

(b) Transações e saldos pendentes

i) Acionistas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a EDAR efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:

Vendas

	2024	2023
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 23)	29 359 240	29 126 301
	29 359 240	29 126 301

Juros e rendimentos similares obtidos

	2024	2023
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 13 e 30)	2 156 712	1 451 604
	2 156 712	1 451 604

Compras de produtos e serviços

	2024	2023
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	536 061	495 568
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	402 678	666 149
	938 739	1 161 716

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

		2024	2023
Saldos devedores			
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	a)	51 307 005	65 266 139
		51 307 005	65 266 139
Saldos credores			
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.		221 369	181 010
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.		330 536	432 266
		551 904	613 276

a) Compreende 46.390.000 euros e 61.140.000 euros em dezembro de 2024 e 2023, respetivamente, correspondente às cedências de fundos ao acionista EDA que vence juros conforme indicado na Nota 13. Adicionalmente, inclui eletricidade do mês de dezembro no montante de 3.191.635 euros e juros no montante de 1.725.370 euros (Nota 11).

ii) Outras partes relacionadas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a EDAR efetuou as seguintes transações com outras partes relacionadas:

Compras de produtos e serviços

	2024	2023
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	31 185	45 677
	31 185	45 677

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	2024	2023
Saldos credores		
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	11 562	1 401
	11 562	1 401

37 Gestão de Risco

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da Empresa a cada um dos riscos financeiros, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão desses riscos, e a gestão de fundos da Empresa em geral. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas divulgações de cariz quantitativo que complementam esta informação.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Empresa. Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Empresa enfrenta, para definir limites de risco e controlos adequados e para monitorizar a evolução desses riscos e a aderência da Empresa aos limites que se autoimpôs. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Sociedade.

.

a) Risco de crédito e liquidez

O risco de crédito resulta dos excedentes de fundos monetários gerados pela empresa, aplicados no âmbito da sua atividade de gestão de tesouraria que pode expor a Sociedade ao risco de crédito. Como princípio orientador, a Empresa concede empréstimos à sua Empresa-Mãe a partir do excedente de tesouraria obtido.

38 Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

39 Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Catarina Isabel Raposo

Paulo Jorge da Costa André

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Francisco Manuel Sousa Botelho

David Luís Ramalhinho Estrela

António Félix Flores Rodrigues

ANEXOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores acionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da EDA Renováveis, S.A. (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

Audit | Tax | Consulting

UHY OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS SROC, LDA
Is the administrative entity of the international UHY network of independent accounting and consulting firms. The UHY network is a member of the Forum of Firms.
Escritório: Av Infante D. Henrique, 3 – 2º - 9500-762 Ponta Delgada
Telef.: +351 296 283 246 E: geral.acores@uhy-portugal.pt
Sede: Rua das Hortas, nº 3 – 9050-024 Funchal
Inscrita na L.R.D.C. sob o nº 164 - Registada na C.N.V.M. com o nº 20161471 - Matriculada na CRC sob o NIPC nº 504629603 Capital social: 67.800 euros



(a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e

(b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 19 de março de 2025

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDA Renováveis, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 184.394.730 euros e um total de capital próprio de 164.450.908 euros, incluindo um resultado líquido de 10.772.853 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDA Renováveis, S.A.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Audit | Tax | Consulting

UHY OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS SROC, LDA
Is the administrative entity of the international UHY network of independent accounting and consulting firms. The UHY network is a member of the Forum of Firms.
Escritório: Av Infante D. Henrique, 3 – 2º - 9500-762 Ponta Delgada
Telf.: +351 296 283 246 E: geral.acores@uhy-portugal.pt
Sede: Rua das Hortas, nº 3 – 9050-024 Funchal
Inscrita na L.R.O.C. sob o nº 164 - Registada na C.M.V.M. com o nº 20161471 - Matriculada na CRC sob o NIPC nº 504629603 Capital social: 67.800 euros



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa



opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 19 de março de 2025

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EDA Renováveis, S. A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um ativo total de 184.394.730 Euros e um total de capital próprio de 164.450.908 Euros, incluindo um resultado líquido de 10.772.853 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EDA Renováveis, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



CP

"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respectivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tip: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;





Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Página 3 de 3

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 19 de março de 2025

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Cidália Duarte Pedro, ROC
Registo na OROC n.º 2130
Registo na CMVM n.º 20240002